



República de Cabo Verde
Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
Gabinete de Estudos e Planeamento

**Segundo Plano de Acção Nacional/
para o Ambiente - PANA II**



Cabo Verde 2004-2014



Volume III.8
Plano Ambiental Inter-Sectorial
Ambiente e Pesca

Praia, 2004



República de Cabo Verde
Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Plano Ambiental Inter-Sectorial
Ambiente e Pescas



Elaboração: Direcção Geral das Pescas

Equipa Técnica

Iolanda Filomena Dias Brites – Direcção Geral das Pescas (Coordenadora)
José Maria dos Santos Carvalho – Direcção Geral das Pescas
Benvindo Oliveira Fonseca-Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
Joaquim Xavier Pires Ramos Pinto – Fundo Desenvolvimento das Pescas

Coordenação: Equipa de Coordenação para a elaboração do PANA II

Oumar Barry, DGASP
Margarida Maria Silva Santos Querido Varela, DGA
Maria Helena de Santa Rita Vieira, DGP
Isildo Gomes, INIDA
Maria Ivone Andrade Lopes, INDP

Assessoria Técnica: Petra Penninkhoff

Coordenação Geral: Fernando Jorge Leal Andrade, Director do GEP-MAAP

Financiamento: Governo dos Países Baixos

MAAP/GEP
Equipa de Coordenação para PANA II
C. P. 115; Praia
Tel/fax. 61 12 54; Email pana2@ma.gov.cv

Praia, 2004

PREFÁCIO

O Plano Ambiental Intersectorial (PAIS) tratando o tema Ambiente e Pescas, é um dos nove planos elaborados como parte integrante do Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente PANA II, 2004-2014. Os nove temas são:

Ambiente e Recursos Hídricos;
Ambiente, Saneamento Básico e Saúde;
Ambiente e Biodiversidade;
Ambiente e Ordenamento do Território, Infra-estruturas e construção civil;
Ambiente e Educação, Formação, Informação e Sensibilização;
Ambiente e Turismo;
Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária;
Ambiente e Pescas;
Ambiente e Indústria, Energia e Comercio.

Cada PAIS foi elaborado por um grupo de trabalho criado durante um atelier de trabalho no qual foram reunidos os parceiros de vários sectores públicos e privados e da sociedade civil envolvidos nas respectivas áreas.

Assim foi estabelecida uma base sólida para que os PAIS e, por conseguinte, o PANA II, sejam documentos conhecidos, reconhecidos e compartilhados pelos sectores e indivíduos que constituem a força principal da sua implementação.

Para o efeito o PANA II, os PAIS e os seus vários outros subsídios, cumprirão o objectivo de ser um plano orientador em que as preocupações e oportunidades ambientais de Cabo Verde sejam realizadas numa forma coerente e transversal.

O PAIS considera o sector das Pescas num contexto ambiental, realçando as contribuições do sector e dos seus parceiros para que possam ter um ambiente saudável e agradável.

Porém, isto não significa que os outros programas e projectos do sector, em curso, e planificados, não terão que tomar em consideração os impactos ambientais das suas intervenções.

Pelo contrário, este PAIS, como os oito outros PAIS, prevêem as bases para uma integração contínua de preocupações ambientais no ciclo de planificação de programas e no desenvolvimento de política sectorial.

Além disso, o conjunto dos nove PAIS e sobretudo os contactos entre os Grupos Intersectoriais de Trabalho para o Ambiente com os vários parceiros, abrem o caminho para um plano verdadeiramente intersectorial.

Assim, e só assim, o PANA II e seus contributos atingirão a sua estratégia ambiental: *Uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável.*

A Directora Geral das Pescas
Praia 31 de Março de 2004

AGRADECIMENTOS

A equipa intersectorial Ambiente e Pescas agradece a todos os que de uma forma ou de outra deram o seu valioso contributo para que este documento fosse efectivado.

Agradecemos ainda todas as entidades públicas e individuais, bem como representantes dos pescadores e armadores, pelas valiosas contribuições que nos foram dadas, através da participação nas reuniões de trabalho, Atelier de apresentação e recolha de subsídios e nas entrevistas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AGR	Actividades Geradoras de Rendimento
AMP	Áreas Marinhas Protegidas
CCC	Convenção sobre Mudanças Climáticas
CDB	Convenção sobre a Biodiversidade
CEA	Centro de Energia e Ambiente
DB	Diversidade Biológica Marinha
Marinha	
DGMP	Direcção Geral de Marinhas e Portos
DGP	Direcção Geral das Pescas
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
ISECMAR	Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
UICN	
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
ONG	Organizações Não Governamentais
PDZC	Plano Director de Zonas Costeiras
PNBDM	Programa Nacional de Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha
PNLP	Plano Nacional de Luta contra a Pobreza
SEPA	Secretariado Executivo para o Ambiente
U.G.	Unidade de Gestão
UNCED	Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
INE	Instituto Nacional de Estatísticas

INDICE

- 1 INTRODUÇÃO**
 - 1.1 Contexto geral**
 - 1.2 Justificação**
 - 1.3 Objectivos do PAIS**
 - 1.4 Metodologia da elaboração**
 - 1.5 Estrutura do PAIS**

 - 2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SECTOR**
 - 2.1 Funções e recursos ambientais utilizados**
 - 2.2 Importância sócio-económica**
 - 2.3 Actores envolvidos - beneficiários**
 - 2.4 Políticas - Planos nacionais existentes**
 - 2.5 Programas em curso**
 - 2.6 Programas planificados**
 - 2.7 Inter-relações com outros sectores**

 - 3 ANÁLISE DA SITUAÇÃO AMBIENTAL**
 - 3.1 Problemas e conflitos**
 - Intensidade de problemas físicos*
 - Problemas institucionais,*
 - Priorização*
 - Análise dos problemas prioritários*
 - 3.2 Oportunidades**
 - Descrição de oportunidades*
 - Análise e priorização*

Estratégia de Intervenção
Visão, objectivos e horizonte
Metas e modalidades
Linhas de orientação estratégica

 - 3.3 Prioridades de intervenção**
-
- 4 PROGRAMAS E ACÇÕES**
 - 4.1 Enquadramento dos programas em curso e planificados**
 - 4.2 Actividades adicionais identificadas**
 - 4.3 Programas prioritários**

5 IMPLEMENTAÇÃO**5.1 Aspectos institucionais****5.2 Aspectos legislativos****5.3 Plano indicativo de monitorização e mecanismos para a revisão do PAIS****5.4 Riscos e pressupostos****6 CONSIDERAÇÕES FINAIS****BIBLIOGRAFIA****ANEXOS****LISTA DE TABELAS****LISTA DE FIGURAS**

1 INTRODUÇÃO

Contexto geral

Cabo Verde é um país ecologicamente frágil e de fracos recursos naturais. A satisfação das necessidades básicas do Homem exige que sejam bem definidas orientações estratégicas de aproveitamento e uma aplicação otimizada dos recursos naturais a favor do desenvolvimento de actividades económicas.

Desde a independência, os sucessivos Governos Cabo-verdianos têm-se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental. Na estratégia expressa nas *Grandes Opções* para o Desenvolvimento (2002), o ambiente é um dos temas mais importantes. Projecta-se uma sociedade dotada de um sentimento profundo para o ambiente e de uma consciência ecológica desenvolvida sendo as medidas de preservação encaradas de forma sistémica e transversal, pretendendo-se que sejam equitativas.

O segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) constitui a concretização destas políticas e define as orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais bem como os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas. É um documento orientador de um processo continuo caracterizado por uma dinâmica própria e que nos próximos 10 anos (2004-2014), servirá de base de trabalho, permitindo um desenvolvimento Cabo-verdiano sustentável e harmonioso, garantindo um ambiente sadio.

A elaboração do PANA II foi um processo complexo com o objectivo de assegurar o envolvimento dos parceiros e estabelecer as respectivas interligações entre os vários níveis.

Incluído neste processo esteve a elaboração dos nove Planos Ambientais Intersectoriais (PAIS). Esses PAIS incluem as preocupações e planos de todos os ministérios e agências envolvidas em subsectores específicos. Assim resultarão em programas e actividades coerentes, transversais e com uma visão clara sobre o desenvolvimento sustentável.

Este documento apresenta os resultados dos trabalhos e planificação dos parceiros no sector Ambiente e Pescas.

Justificação

As ilhas de Cabo Verde, pela sua natureza vulcânica e montanhosa, determinam uma plataforma continental muita aguda e irregular de 5.394 Km² de area até os 200 m de profundidade e uma ZEE «zona economica exclusiva» de cerca de 700.000 Km².

Devido à natureza do arquipélago, e por razões históricas, as ilhas de Cabo Verde são desigualmente habitadas e desenvolvidas. Segundo o Senso de 2000, a população residente no país rondava os 430.000 habitantes.

Um dos principais recursos naturais disponíveis em Cabo Verde é, sem dúvida, os recursos marinhos, o que faz do sector da pesca um sector de grande importância

para o desenvolvimento económico e social do país. Entretanto, comparado com outros países da sub-região africana, Cabo Verde possui um potencial relativamente reduzido, que segundo avaliações feitas, não ultrapassa as 45.000 toneladas/ano. De acordo com os dados estatísticos disponíveis estima-se que existe ainda um potencial por explorar, embora, haja indícios de algumas espécies encontram-se sobre - explorados e outras em vias de extinção.

A escassez de recursos naturais e a natureza arquipelágica das ilhas de Cabo Verde em geral cedo determinaram e impuseram uma estratégia orientadora de desenvolvimento, baseada na exploração dos recursos haliêuticos vivos, como forma de garantir a ocupação, o sustento e a sobrevivência de milhares de família dispersas pelas comunidades do país. Assim estabeleceram-se os princípios e os caminhos para a consecução destes objectivos fundamentais da condição humana, sempre o intuito de se disponibilizar os meios técnicos e materiais para o exercício da actividade pesqueira.

A evolução do turismo e consequentemente o desenvolvimento da industria hoteleira e dos serviços de restaurante, bem como o incremento da população em cabo verde, impõe com prioridade, implementar estratégias e medidas que possam traduzir-se numa optimização significativa da produção, e da produtividade, sem por em causa a sustentabilidade do sector da pesca e em harmonia com o ambiente, respeitando assim os princípios, as convenções e as declarações sobre o ambiente, assim com, a legislação em vigor.

1.1 Objectivos do Plano Ambiental Intersectorial (PAIS)

A elaboração dos Planos Ambientais Intersectoriais constitui uma visão do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. Até agora cada sector têm elaborado e implementado o seu plano de uma forma isolada, o que têm causado problemas como a sobreposição de actividades, a dispersão da utilização dos recursos financeiros e humanos nas mesmas acções.

Os Planos ambientais Intersectoriais, têm como principais objectivos:

- Fazer uma análise da situação ambiental do sector e sub-sectores;
- Apreciar, em função dos problemas e potencialidades identificados, os programas e actividades em curso, implementados pelos intervenientes no sector;
- Da mesma maneira, apreciar os programas e actividades planificados ou concebidos pelos intervenientes;
- Identificar planos / actividades adicionais a serem executados, em rede, pelos intervenientes a níveis nacional e municipal/local;
- Priorizar as intervenções com base nos critérios de urgência, necessidades e disponibilidade em termos de recursos humanos e financeiros;
- Harmonizar os programas e actividades em curso no sector, e os planificados, para facilitar e assegurar uma implementação efectiva;
- Identificar as responsabilidades bem definidas entre intervenientes a níveis nacional e municipal/local;
- Identificar os indicadores e um esquema de monitorização adequado e participativo para o seguimento da execução do PAIS;
- Harmonizar os programas e actividades identificados no sector, com os programas e actividades identificados noutros Planos Ambientais Intersectoriais.

1.2 Metodologia de elaboração dos PAIS

Os Planos Ambientais Intersectoriais são instrumentos estratégicos de planificação sectorial que tomam em consideração as preocupações e planos de todos os sectores dos ministérios e agências envolvidas nos sub-sectoros específicos com o objectivo de eliminar ou de minimizar significativamente os riscos inerente a sobreposição de actividades ou a omissão de assuntos importantes no caso de uma planificação isolada. A planificação intersectorial permite uma execução efectiva das actividades planificadas. Na pratica as actividades planificadas de forma isolada, incoerente e sem uma visão clara sobre o desenvolvimento sustentável e o futuro do país, geram confusão às pessoas encarregadas de sua implementação

Assim a metodologia utilizada para a elaboração dos PAIS baseada na concertação dos actores e parceiros incidiu em três fases:

1. A primeira fase consistiu na organização de uma reunião alargada de 50 a 100 pessoas vindas de instituições centrais e locais, das organizações da sociedade civil ou agencias e das ONG que são actores envolvidos num sector específico de actividades interligadas na realização e funcionamento.

No decorrer da reunião alargada foram realizadas as seguintes actividades:

- Uma breve introdução da importância de um Plano Ambiental Intersectorial e uma caracterização do sector apresentado pelo seu Coordenador.
- Uma apresentação do processo de elaboração do PANA II e dos PAIS.
- Uma apresentação e discussão dos termos de referencia dos grupos de trabalho (GITA) e os pontos focais para o ambiente (PFA) para o ambiente, bem como a proposta de estrutura do documento dos PAIS.
- Um inventário dos actores principais envolvidos no sector e sub-sector, dos problemas, a sua intensidade e as oportunidades.
- Um inventario e uma análise dos programas e actividades correntes e planeadas relacionadas com o sub-sector.
- Uma discussão dos participantes sobre a visão e as orientações principais do desenvolvimento do sub-sector. Estas orientações deverão fazer parte do conteúdo do esboço geral do Plano Ambiental Intersectorial (PAIS). Este plano será integrado como um capítulo separado no documento PANA II.
- A criação de um pequeno Grupo de Trabalho Intersectorial (GITA) constituído de 4-5 elementos, de entre os actores presentes na reunião, que foi encarregado de escrever o PAIS. O representante do sector principal foi designado como o coordenador do Grupo de Trabalho (GITA). Os outros elementos de GITA foram identificados a nível dos sub-sectoros.
- A nomeação dos elementos dos Serviços indicados para servir de Pontos Focais durante a elaboração e execução dos PAIS.

Durante a reunião alargada os instrumentos dos vários passos do processo de análise estratégica ambiental, adoptado pelas EC e EMA, foram utilizados para estruturar as discussões¹.

¹ Nomeadamente, o Processo SEAn (Strategic Environmental Analysis) do SNV - AIDEnvironment, 1999.

As reuniões alargadas foram presididas pelos Directores Gerais dos sectores coordenadores do processo de elaboração dos PAIS.

2. A segunda fase consistiu na realização de uma serie de encontros com os actores e os parceiros para a recolha de informações e a organização de diversas reuniões entre os elementos do Grupo de Trabalho com a participação dos membros da Equipa de Coordenação. Nestes encontros e reuniões as orientações principais, identificadas na Primeira Fase, foram aprofundadas. O Plano foi elaborado durante as reuniões de GITA e/ou individualmente pelos elementos do GITA. Os resultados dos trabalhos individuais foram discutidos e integrados durante as reuniões subsequentes de Grupo de Trabalho.
3. A terceira fase consiste na organização de uma reunião alargada de parceiros para a validação dos documentos relatórios dos PAIS. Neste reunião houve uma forte participação dos actores e parceiros que estiveram na primeira reunião alargada da Fase 1. Durante esta encontro o GITA apresentou o seu trabalho sobre a elaboração do PAIS. Depois da apresentação, o Plano provisório foi discutido e melhorado com as contribuições dos participantes. Posteriormente, o GITA e o seu coordenador completaram os relatórios e apresentam os documentos finais dos PAIS. A versão final foi entregue a Equipa de Coordenação.

Metodologia Especifica

A metodologia escolhida e seguida pelo Grupo Intersectorial Ambiente Pescas para elaboração do PAIS foi o seguinte:

- Numa primeira fase o grupo analisou os termos de referência para elaboração do estudo, e posteriormente definiu-se uma estratégia de recolha e análise das informações. Assim a partir da definição optou-se para o seguinte:
- Levantamento Bibliográfico da documentação existente;
- Elaboração de um inquérito a ser aplicado aos diferentes actores;
- Encontros com outros Grupos de Trabalho que de uma forma ou outra estão ligados ao sector das pescas e ambiente;
- Deslocação ao terreno, contactos com os pescadores e operadores do sector;
- Trabalho de grupo utilizando o método participativo;
- Numa Segunda fase, recolheu-se toda a documentação, informações existentes relacionados com o ambiente e pescas,
- Realização de entrevistas com os parceiros envolvidos no sector das pescas
- Analise das entrevistas
- Elaboracao do documento.

1.3 Estrutura do PAIS

O presente documento tem sete capítulos, incluindo a introdução.

O *Capítulo 2* fornece o contexto do sector em relação as suas contribuições de desenvolvimento gerais, sua importância no desenvolvimento sustentável de Cabo Verde e a sua importância de um ponto de vista ambiental. O capítulo descreve as funções e recursos ambientais significantes do sector. Também indica os grupos de actores envolvidos ou beneficiando das intervenções, os colaboradores potenciais para o implementação desse país. São apresentadas as estratégias e programas sectoriais actuais que têm parte em assuntos ambientais. Ultimamente, o Capítulo 2 identifica as inter-relações com outros sectores para evitar duplicação de actividades, estando ao mesmo tempo à procura de actividades que podem reforçar um ou outro.

O *Capítulo 3* analisa os problemas ambientais que têm que ser resolvidos e as potencialidades que podem ser exploradas para que o sector operacionalize as suas contribuições para o desenvolvimento sustentável descritas no Capítulo 2. O Capítulo 3 aborda os problemas físicos, ecológicos como também problemas sócio-económicos e institucionais e identifica possíveis soluções para superar estes problemas. O Capítulo, também, apresenta várias oportunidades, baseado em intervenções ou actividades bem sucedidas em outros sectores, áreas ou países.

Baseado-se na análise da situação actual do sector e na apreciação ambiental, o *Capítulo 4* traça a visão global do sector num horizonte de dez anos e suas estratégias para cumprir essa visão. Subsequentemente, o capítulo prioriza as intervenções, permitindo um desenvolvimento de programas e actividades realísticos a implementar no curto, médio e longo prazo.

O *Capítulo 5* indica a relevância das actividades sectoriais em curso e planificadas, no que respeita à visão ambiental e as intervenções de prioridade descritas no Capítulo 4. Também propõe programas e actividades adicionais, necessário para complementar as actividades em curso e como tal fortalecendo as contribuições do sector a um ambiente saudável.

O *Capítulo 6* apresenta um esquema de implementação, priorizando as actividades mais urgentes e sequência lógica. O Capítulo relata os aspectos institucionais e legislativos necessários como também as interligações institucionais dentro do sector público principal, entre os vários serviços públicos e entre o sector público e privado e a sociedade civil. O Capítulo apresenta um esquema de seguimento do processo de implementação e os seus indicadores principais. São abordados os pressupostos e riscos que podem influenciar a implementação do programa.

Por ultimo, o *Capítulo 7* trata os vários aspectos que precisam de ser aprofundados nos primeiros anos de implementação dos país. Também, o capítulo apresenta algumas conclusões sobre a visão ambiental do sector e as suas potenciais contribuições para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

2. CARACTERISTICAS GERAIS DO SECTOR

Sustentabilidade da Pesca

Apesar de se situar numa zona considerada de alta produtividade primária, com uma variedade significativa de espécies Cabo Verde não possui biomassas importantes de recursos haliêuticos como em outras regiões vizinhas na costa africana. A ZEE de cerca de 700.000Km² (Bravo de Laguna 1985) que, pela sua natureza vulcânica e montanhosa, determina uma plataforma continental, até os 200metros, reduzida a cerca de 5,394Km², com um potencial de pesca que não ultrapassa, as 42.000 toneladas/ano e ainda uma disponibilidade por explorar entre 25429 - 33554 toneladas/ano de pescado.

Entretanto alguns factores favorecem as potencialidades económicas do sector de destacar a extensão da costa estimada em 1.017,7 km (DGMP,1988^a), alguns fenómenos do tipo upwelling costeiro e oceânico ligados a própria orografia dos fundos, a localização geográfica das ilhas no circuito de espécies migratórias, a inserção do país na região da CEDEAO e a vocação marítima dos povos insulares.

Um dos poucos recursos naturais do país são constituídos pelos recursos marinhos o que faz com que a pesca seja um vector importante para a dieta alimentar da população, para desenvolvimento social (emprego, e redução do êxodo rural) e com potencial ainda para criação de riquezas através da sua maior valorização e exportação.

Os principais recursos haliêuticos do país estão representados pelos Grandes pelágicos oceânicos (atuns, serra etc.,) pelos pequenos pelágicos costeiros(chicharros, cavalas ...) pelos demersais (garoupas e sargos...) e lagostas(de fundo e de superfície) Quadro1

Quadro1- Potencial haliêutica e disponibilidade por grupo de espécies

Recursos	Potencial (tons)	*Captura media (90-2001)	Disponibilidade
Tunídeos + serra	25000-30000	3452	21548-26548
Pelágicos	4500-6500	3540	960-2960
costeiros	3000-5000	1021	1979-3979
Demersais	50-75	48 **	42 - 67
Lagosta rosa	40		
Lagosta verde			
Total ZEE	32590-41615	8061	25429-33554

Fonte – INDP

* Boletim Estatístico INDP 2001

** Total Lagostas - Boletim Estatístico INDP 2001

Em menor quantidade aparecem algumas espécies de moluscos, corais cefalópodes, tubarões e tartarugas marinhas.

Esses recursos são explorados pela frota artesanal constituída por 1257 botes (B. Estatístico INDP 2000), praticada por 4283 pescadores distribuídos por cerca de 97 comunidades piscatórias. Praticam a actividade utilizando linha de mão, redes de praia, redes de emalhar, redes de cerco.

A pesca industrial e semi-industrial é praticada por cerca de 432 pescadores em 77 embarcações, com maior autonomia. Os engenhos mais utilizados são a vara, a linha de mão, redes de emalhar e de cerco e covos.

A produção no sector, deriva da contribuição dos sub sectores da pesca artesanal e industrial. Os últimos dados (Boletim estatístico INDP 2001) apontam para uma produção global de 8.890 ton sendo 40,7% das capturas correspondem a tunídeos e afins, a espécies pelágicas 40,3%, a demersais 12,6% , a lagostas 0,5%, moluscos 0,6% e diversos 5,4%. A produção da pesca artesanal em 2001 foi de 5.649 ton o que corresponde a uma diminuição de 19% comparado com o ano 2000. No entanto a pesca artesanal assume um papel importante no conjunto com cerca 64% do volume total da produção em 2001.

Em 2001 os rendimentos na pesca artesanal não tiveram alterações significativas em relação aos anos anteriores situando a captura média por viagem em 37Kg/viagem (B. Estatístico INDP 2001) a captura por bote em 4,0 ton e 1,3ton por pescador.

O rendimento da pesca industrial manteve-se a nível do ano 2000, com 939Kg/dia mar e 46 toneladas por embarcação.(B. Estatístico INDP 2001)

Os produtos da pesca a destina-se ao consumo local, a exportação e a transformação. As capturas artesanais são consumidas na sua quase totalidade pelo mercado nacional. As capturas da pesca industrial servem para o abastecimento do mercado nacional e para exportação.

A comercialização é feita normalmente por cerca de 3.500 vendedeiras , nos mercados ou de porta em porta, existindo em alguns casos circuitos de comercialização inter - ilhas e intra ilhas. Nos últimos anos tem vindo a tornar-se hábito comercializar o pescado nos mini - mercados o que significa uma melhoria das condições de apresentação do produto da pesca.

O pescado é de extrema importância na satisfação das necessidades alimentares em Cabo Verde. O consumo médio per capita no periodo de 1995 a 1999 foi de 20,5Kgs/hab.

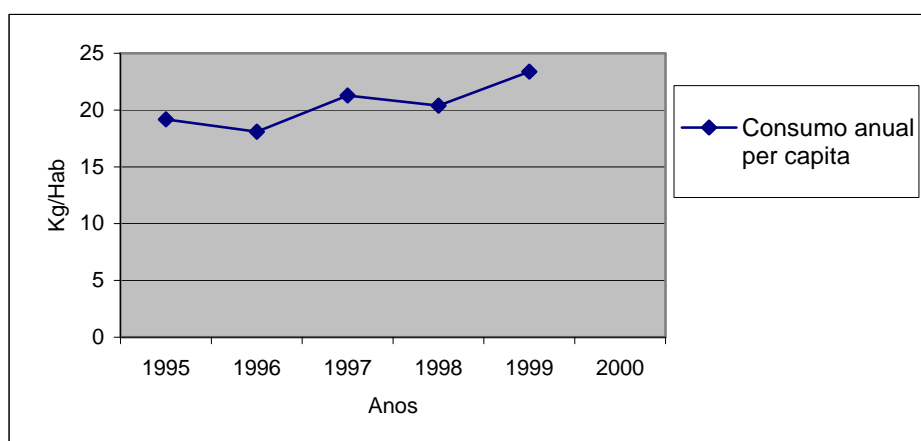


Figura 1

Fonte: Diagnostico sectorial - Set 2001

A contribuição do sector para exportações tem diminuído. Os dados do INE indicam que as exportações em toneladas diminuíram de forma progressiva nos últimos

anos. Em 2001 esta diminuição atinge o ponto mais baixo, com apenas 224 toneladas. Muitas razões podem estar associadas a essa diminuição sendo a razão principal o embargo decretado pela União Europeia.

Quadro2: Exportações dos produtos da pesca (1997-2002)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Toneladas	3115	2448	1236	344	224	258
Mil contos CV	178	203	190	100	27	58

Fonte: INE

Constrangimentos

Com um potencial de recursos ainda sub - explorado, mas com limites relativamente estreitos para o aumento do esforço de pesca na ZEE, com um acesso possível a águas mais ricas (aproveitando os acordos de pesca) mas com fracas capacidades para o fazer , o desenvolvimento do sector das pescas enfrenta em Cabo Verde um conjunto de constrangimentos dos quais importa ressaltar entre outras os seguintes:

- Uma frota incapaz de explorar com eficiência as potencialidades existentes o que associada às insuficiências das infraestruturas e á fraca capacidade de comercialização externa do pescado;
- As actividades de exportação tem sido fortemente afectada pelo embargo da UE;
- Sistema de informação deficiente;
- A pesca artesanal apresenta uma ineficiência em termos de esforço de pesca ;
- A pesca artesanal e industrial pescam nos mesmos bancos e competem pelas mesmas espécies alvo, gerando conflitos na utilização dos recursos;
- O sector depara-se ainda com problemas estruturais, organizacionais e de gestão ;
- Deficiente fiscalização da ZEE

Biodiversidade/ Recursos Marinhos

O arquipélago de Cabo Verde situa-se numa zona tropical (África Ocidental onde segundo Numan (1992) para além das espécies migradoras existem 273 espécies de peixes catalogados dos quais 70% são endémicas.

A fauna marinha é bastante diversificada, existindo segundo dados do INDP perto de uma centena de espécies pertencentes a diversas famílias, compostas essencialmente por grandes pelágicos, pequenos pelágicos, demersais e lagostas.

Na biodiversidade Marinha iremos abordar as espécies onde a pressão humana é maior exercida:

Grandes Pelágicos - Fazem parte deste grupo a albacora (*Thunnus albacares*) o gaiado (*Kqtsuwonus pelamis*) o patudo (*Thunnus obesus*) e o judeu (*Auxis thazard*) serra ou ilhéu (*Acanthocybium solandri*) merma (*Euthynnus alleteratus*) fazem ainda parte deste grupo o espadarte e as agulhas.

Analisando as estatísticas verifica-se que são os tunídeos as principais espécies capturadas; e parte dessa captura é direccionada para a exportação e como matéria prima para as conservas. Esses recursos são explorados pela frota artesanal , e industrial utilizando vara e isco e linha;

Com um potencial estimado em 25000 toneladas este potencial não tem sido devidamente aproveitado .

Pequenos Pelágicos

Deste grupo fazem parte as seguintes espécies mais importantes: Cavala preta (*Decapterus macarellus*) , Cavala branca (*Decapterus punctatus*), chicharro (*Selar crumenophthalmus*), Arenque (*Sardinella maderensis*) ,Dobrada, (*Spicara melanurus*) Pelombeta (*Lichia amia*) etc,

As espécies mais capturadas são cavala preta (*Decapterus macarellus*) a cavala branca(*Decapterus punctatus*) e o chicharro (*Selar crumenophthalmus*). Existe uma forte pressão sobre essas espécies pois constituem a principal fonte de proteína consumida pela população.

Os pequenos pelágicos são explorados principalmente pela frota industrial e semi industrial frota artesanal utilizando redes de cerco linha de mão e redes,

Demersais

È um grupo bastante numeroso e dele fazem parte as seguintes espécies mais importantes: Garoupa (*Cephalophlopis taenopsis*) Merato (*Epinephelus sp.*) Mero (*Epinephelus guaza*), Badejo (*Mycteroparca rubra*) goraz(*Lutjanus agennus*).....

Essas espécies são explorados essencialmente pela frota artesanal. Com um potencial estimado entre 3.000ton e 5000ton com uma captura média (90-2001) situado em 1021, com uma disponibilidade de 1979ton a 3979ton, por serem espécies importantes de ponto de vista comercial, tem sido alvo de uma exploração desenfreada. Pelo que urge tomar medidas de conservação .

Crustáceos

Em Cabo Verde só são conhecidos os indivíduos das famílias de Palinuridae (lagosta rosa, verde e castanha) e uma espécie da família Scyllaridae (lagosta de pedra ou carrasco).

Algumas dessas espécies tem sido alvo de captura desenfreada chegando ao limite do máximo sustentável. Medidas de gestão deverá ser implementado.

2.1 Funções e Recursos Ambientais utilizados

A pesca utiliza como recursos ambientais os seguintes:

Recursos Oceânicos - A utilização desse recurso pela frota artesanal e industrial e frota estrangeira (função de produção) com fins económicos e para satisfação das necessidades proteicas das populações e de grande interesse económico;

Os recursos marinhos são recursos renováveis pelo que se torna necessária a sua conservação e gestão responsável de forma a assegurar uma exploração sustentável.

Biodiversidade marinha – Os recursos marinhos, além daqueles que, tradicionalmente, constituem o alvo da pesca (atuns e espécies afins, pequenos pelágicos costeiros, peixes demersais, crustáceos e moluscos). Por outro lado existem vários ecossistemas com riqueza ecológica (bancos de corais, diversidade de algas, peixes, moluscos e crustáceos) e características propícias para mergulho, pesca desportiva e estudos científicos.

Solos - Porque se considerarmos que o sector das pescas utiliza esse recurso para construção de entrepostos frigoríficos, infraestruturas portuárias, reparação naval, arrastadouros de botes.

Zona Costeira – As actividades da pesca estão concentradas basicamente na área costeira. A pesca artesanal é, em termos alimentares e de atractivos turísticos, uma actividade bastante dependente do estado da orla costeira, encontrando-se, nos níveis actuais, em fase próxima de saturação (INDP, 2001). Urge implementar o PDZC.

2.2 Importância sócio-económica

O sector das pescas ocupa um lugar preponderante na economia cabo-verdiana por constituir uma fonte importante de proteínas de origem animal para as populações e por contribuir para o equilíbrio da balança comercial.

Os recursos marinhos constituem um dos poucos recursos naturais do país. O sector das pescas contribui com 2,2% na formação do PIB (INE 2000 contas Nacionais) é um vector importante de rendimento contribuindo para dieta alimentar da população, para o emprego e ainda para criação de riquezas através das exportações.

No sector das pescas, o emprego abrange os trabalhadores das indústrias de transformação da administração e, os ligados directamente à produção (capturas) e comercialização (pescadores e peixeiras). Em 1999 o sector das Pescas contribuiu com um total de 9.075 postos de trabalho. Os pescadores artesanais ocupam um lugar de destaque com 47,2% do total dos postos de trabalho, 11% para os industriais e 38,6% para as peixeiras.

A nível nacional estima-se que o número de pessoas ocupadas no sector corresponde a 6,1% da população potencialmente activa, e 2,2% do total da população.

O peixe fresco constitui uma das principais proteínas animais consumidas em Cabo Verde e o abastecimento do mercado local é sustentado na quase totalidade pela frota artesanal. A produção da frota Industrial é mais virada a exportação e ao abastecimento de matéria prima as conserveiras nacionais

O consumo médio per capita do pescado é de 17 Kg, com algumas oscilações ao longo dos anos. . No que concerne à exportação dos produtos da pesca constata-se uma acentuada diminuição nos últimos cinco anos. A diminuição das exportações acentuou-se a partir 2000 devido ao embargo da União Europeia aos produtos de Cabo Verde.

2.3 Actores envolvidos - Beneficiários

Na reunião alargada de 22 de Maio de 2003 os parceiros do sector das pescas identificaram um conjunto de actores principais envolvidos de uma forma directa ou indirecta com as Pescas.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO AMBIENTAL INTER-SECTORIAL – PAIS

Ambiente e Pescas

Quadro 1 Identificação de actores

	Actores	Grupo I	Grupo II	Grupo III
1	ANMCV	X		X
2	Armadores		X	X
3	Assembleia Nacional	X		
4	Associação Desportos Náuticos			X
5	Associação dos Agricultores			X
6	Associações de Armadores (Pesca, Carreira Regular, etc)	X		
7	Associações e/ou Cooperativas ligadas à pesca			X
8	Bancos		X	
9	Câmaras de Comércio (Barlavento e Sotavento)	X		
10	Capitania de Portos		X	X
11	Comando Geral de Policia de Ordem Pública			
12	Comercio de materiais de pesca		X	
13	Companhias Seguradoras	X		
14	Consumidores			X
15	Cooperação Internacional	X		
16	Delegacias de Saúde	X		
17	Delegações Regionais do MAAP		X	X
18	DGASP	X	X	X
19	DGEBS	X		
20	Direcção dos Serviços de Segurança Alimentar	X		
21	Direcção Geral da Indústria	X		
22	Direcção Geral da Saúde	X		
23	Direcção Geral das Infra-estruturas e Saneamento Básico		X	X
24	Direcção Geral das Pescas	X	X	X
25	Direcção Geral de Comunicações (Rádio Costeiro)		X	

26	Direcção Geral de Ordenamento do Território	X		
27	Direcção Geral do Ambiente	X		X
28	Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico	X	X	X
29	Direcção Geral do Orçamento		X	
30	Direcção Geral do Plano	X	X	
31	Direcção Geral do Tesouro	X		
32	Direcção Geral Marinha e Portos	X	X	X
33	ELECTRA			X
34	EMA's			X
35	Empresas de Comercialização de material de pesca			X
36	Empresas de Construção Civil			X
37	Empresas de Frio			X
38	ENACOL			X
39	ENAPOR	X		X
40	Entrepasto Frigoríficos (INTERBASE, etc)	X		
41	Entrepastos de Pescas e Cais		X	
42	Escolas em Gerais		X	
43	Estaleiros Navais		X	X
44	Fabricas de Conserva	X		
45	FDP	X	X	
46	Financiadores e Mercados	X	X	
47	GEP-MAAP		X	
48	Guarda Costeira		X	X
49	Individualidades com interesse na área ambiental			X
50	INDP	X	X	
51	Indústria de Pesca			X
52	Indústria Transformadora de Pescado		X	X
53	INDP			X
54	INGRH			X
55	INIDA		X	X
56	Inspectores de Pesca			X
57	Instituições e Confissões Religiosas	X		
58	Instituições Financeiras	X		
59	INTERBASE		X	
60	ISE	X		X
61	ISECMAR	X	X	
62	Laboratório de Controlo de Qualidade			X
63	Meios de Comunicação Social	X		
64	Ministério da Defesa Nacional	X	X	
65	Municípios		X	
66	ONG (MORABI, ADAD, OMCV, NATURA 2000)	X	X	X
67	Parceiros Internacionais			X
68	Parceiros Internacionais da especialidades das pescas		X	
69	Peixeiras		X	X

70	Pescadores		X	
71	Programa Nacional de Luta contra Pobreza			X
72	PROMEX	X	X	X
73	Sector Educação			X
74	SHELL			X
75	Tecnologias de Pescas		X	
76	Unidades Turísticas			X

Analisando o quadro pode verificar-se que alguns actores foram citados mais de que uma vez o que se pressupõem uma forte ligação com as pescas, de destacar:

- INDP
- Direcção Geral das Pescas
- Direcção geral da Marinha e Portos
- Capitania dos Portos
- Direcção Geral do Ambiente
- Direcção geral do Turismo
- Direcção geral Ordenamento e Território
- Pescadores
- Armadores
- Peixeiras
- ISECMAR
- ONG's

Neste sentido pode dividir-se os diferentes actores em duas categorias, como :

- Actores directos : Pescadores, Peixeiras, empresas comercialização de materiais de pesca , as Instituições como, INDP, Direcção Geral das Pescas, Direcção Geral Ambiente, MAAP, Direcção Geral Marinha e Portos; Guarda Costeira, Capitania dos Portos
- Actores indirectos: Sociedade civil, ONGs, Alfândegas, ISECMAR, Câmaras Municipais, etc.

2.4 Políticas - Planos Nacionais existentes

As Grandes Opções do plano-GOP

O governo ao elaborar as Grandes Opções do Plano - GOP, pretende aplicar uma política económica que garanta esse desenvolvimento sustentado, compatível com a solidariedade social, regional e intergeracional, e que seja consentâneo com a durabilidade ambiental e assente num padrão de crescimento ancorado em crescentes ganhos de produtividade. E que seja, finalmente, um desenvolvimento que minimize a pobreza e a exclusão social, e propicie um desenvolvimento portador de equidade e justiça social

O Plano constituído por cinco grandes opções enquadra de uma forma directa o Sector das Pescas na II Opção do Plano que é; *“Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento alargar a base produtiva”*. O sector

das pescas, por outro lado enquadra de forma indirecta nas outras opções do plano, contribuindo assim para a materialização dos objectivos traçados.

Plano Nacional de Desenvolvimento

O Governo fixou como objectivo estratégico para o Sector das Pescas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005 “Melhoramento da performance do sector com vistas a seu relançamento na economia nacional”.

As orientações estratégicas fundamentais para materialização das potencialidades do sector as pescas através de políticas e medidas adequadas, terão de vencer um conjunto de desafios, em particular:

- A definição e implementação de uma política de protecção e defesa do ambiente, nas suas diversas componentes(recursos naturais, legislação, organização e desenvolvimento institucional)
- A adequação da legislação e dos instrumentos de promoção ao novo contexto de desenvolvimento;
- A articulação e estabelecimento de sinergias entre os diversos subsectores;
- A exploração dos recursos, orientada por um plano estratégico;
- A adequação da capacidade técnica e organizacional dos operadores para que possam assumir o papel de agentes fundamentais de desenvolvimento;
- A definição de políticas de formação e de investigação orientada para a resolução dos problemas identificados e capazes de potenciar o desenvolvimento e a modernização.

De entre as medidas estratégicas do PND para o período 2002- 2005 destaca-se:

- A elaboração e implementação de um plano estratégico de gestão do sector por forma a manter uma exploração sustentada dos recursos;
- A modernização das estruturas produtivas (frota, conserveiras e infra-estruturas de apoio) associada à introdução de modelos adequados de gestão;
- Capacitação dos operadores do sector como agentes catalisadores do desenvolvimento;
- Reforço e adequação do sistema de incentivos e do figurino institucional por forma a responder aos desafios identificados;
- Reforço das capacidades institucionais (formação e capacitação dos recursos humanos, dotação de meios financeiros e materiais e adaptação da legislação) por forma a permitir o estabelecimento de uma continua adequação das instituições às exigências do sector e se promova uma maior integração regional e internacional nos diversos domínios;
- Dinamização das comunidades piscatórias através da diversificação das actividades e da integração dos programas e projectos numa perspectiva de desenvolvimento integrado (segundo principio do planeamento por bacia hidrográfica);
- Desenvolvimento da capacidade de investigação e o reforço das sinergias entre a investigação e a produção. As medidas de combate às praticas de pesca ilegal merecem uma atenção particular.

- Definição e implementação de um sistema de informação, suporte para a elaboração de políticas e gestão dos recursos.

2.5 Programas em Curso

Programas do Plano Nacional de Desenvolvimento, PND 2002-2005

O PND 2002-2005 estabelece como Programa Maior 13 - Reorganização e Desenvolvimento do Sector das Pescas, o Programa maior 25 - Protecção, Inserção e Integração Social, o Programa 28 – Garantida da Segurança Alimentar as Populações, que subdividem nos seguintes sub-programas:

- Reorganização e desenvolvimento das Pescas
- Gestão dos Recurso Haliêuticos
- Modernização da Frota e Desenvolvimento das Infra-estruturas
- Promoção de Actividades Alternativas
- Segurança Sanitária e Qualidade dos alimentos e a Educação Nutricional

Programa de Desenvolvimento das Pescas 2003-2005

O programa foi elaborado de acordo com as estratégias do governo constantes no plano Nacional de Desenvolvimento para o sector as pescas, é constituído por três componentes (Promoção da qualidade e valorização de produtos, Infra-estruturas de Pesca e Vulgarização/Formação) e tem como objectivos:

Objectivo de desenvolvimento

A pesca com uma dinâmica de desenvolvimento técnico, económico e social traduzido na melhoria das condições de vida dos operadores da pesca e numa maior contribuição do sector para o desenvolvimento do país

Objectivos específicos

- Contribuir para o crescimento anual das capturas dentro dos limites de sustentabilidade.
- Contribuir para a segurança alimentar da população de Cabo Verde
- Contribuir para o aumento do numero de empregos nas pescas
- Contribuir para o aumento dos rendimentos dos operadores da pesca
- Contribuir para a optimização das exportações do sector
- Contribuir para a optimização da produção industrial
- Contribuir para o aumento do PIB

Programa de Investigação Haliêutica 2003-2005

Objectivos de Desenvolvimento

Definir as orientações estratégicas de incremento e melhoria dos conhecimentos sobre os recursos marinhos em Cabo Verde, e sua relação com a população do país, num contexto de gestão sustentável das actividades económicas que deles

dependem, por forma a que o desenvolvimento económico e social seja conseguido dentro dos limites permitidos pela dinâmica e comportamento naturais.

Objectivos Específicos

- Definir as principais orientações de investigação haliêutica e ajustá-las às políticas nacionais e regionais de desenvolvimento.
- Contribuir para a elaboração e implementação de um plano de gestão das pescas.
- Definir os instrumentos adequados à execução da política de investigação e assegurar a sua complementaridade.
- Promover a médio e longo prazos, integração das preocupações ambientais na planificação do desenvolvimento económico e social dos sectores que directa ou indirectamente se relacionam com o mar e a actividade da pesca.

Programa Regional de Gestão e Conservação Marinha dos Recursos marinhos e Costeira da África Ocidental

O programa criada em 1997, é um programa regional piloto de conservação dos Recursos Marinhos e se projecta como uma organização não governamental cuja finalidade é a de conservação e utilização durável dos recursos marinhos e costeiros na costa ocidental Africana. Entre os seus principais parceiros se destacam a WWF, FIBA, UICN,WI, países membros da CSRP e UNESCO. Um dos principais componentes do programa é o apoio á criação e co-gestão de Áreas Marinhas Protegidas programa tem como objectivos:

- Gestão integrada das Zonas costeiras
- Conservação de espécies e habitats estratégicos
- Contribuição dos AMPs no desenvolvimento do eco-turismo
- Apoio a assessoria para estudos, gestão, fiscalização e controlo do acesso da pesca na Sub-região.

Programa de meios de existência duráveis na pesca

È um Programa que a nível Regional que integra 25 países da África Ocidental. Esse programa tem como objectivo:

Global - a Redução da pobreza nas comunidades de pesca costeira e continental de África Ocidental, através de uma utilização durável dos recursos naturais

Especifico – Melhorar as condições de vida nas comunidades da pesca artesanal pela aplicação de políticas e planos que integram o Código de Conduta para uma Pesca Responsável(CCRP) .

Esse Programa conta com o financiamento do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido.

Projectos em curso

Projecto de investigação haliêutica na ZEE de Cabo Verde INDP/OFCF

O projecto denomina-se *Projecto de Cooperação Técnica na Área de Investigação Científica sobre Recursos Haliêuticos na ZEE da Republica de Cabo Verde*, e o financiamento é assegurado no âmbito da cooperação técnica entre os Governos de Cabo Verde e do Japão. O Projecto é de carácter nacional e funciona junto do INDP e a sua execução é conjunta e concertada entre as equipas técnicas do INDP e da OFCF. Os objectivos do projecto são: Ver com INDP

Projecto Hydrocarpo – Gestão Sustentável do Património Natural costeiro e dos recursos marinhos Vivos da Republica de cabo verde.

O projecto iniciado em julho de 2003 é executado pelo Instituto nacional de Desenvolvimento das Pescas e pelo Instituto Canário de Ciências Marinas. O projecto tem como objectivo:

Objectivo geral

Fomentar a cooperação entre centros de investigação e desenvolvimento da região da Macaronésia a nível de conhecimentos, gestão sustentável e protecção do património natural costeiro e os recursos marinhos vivos.

Objectivos específicos

- Estudos sobre a viabilidade da aquacultura marinha, como meio para reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros.
- Prospeção de peixes e crustáceos de profundidade
- Estudo sobre espécies de vertebrados marinhos estratégicos: Tartarugas, cetáceos, e aves marinhas - espécies de potencial eco - turístico, ameaçadas de extinção e incluídas nas listas internacionais de conservação
- Formação de pessoal local em prospeção pesqueira, aquacultura e gestão ambiental dos recursos marinhos litorais
- Experiência piloto de formação, vigilância e fiscalização dos recursos marinhos
- Sensibilização da sociedade para a conservação das espequeis alvo do projecto através da divulgação dos resultados do projecto
- Incentivar a cooperação científica e técnica entre os centros de investigação e Desenvolvimento (ICCM e INDP), mediante as actividades propostas para investigação, gestão e protecção de recursos marinhos na Republica de Cabo Verde, apoiando uma estratégia comum macaronésica para conservação dos recursos naturais marinhos

Projecto Regional de conservação de Tubarões e Raias

O projecto esta enquadrado no programa PRCM e na estratégia do CSRP e tem como objectivo:

Objectivo principal

Contribuir para a gestão durável dos recursos haliêuticos e manter o funcionamento dos ecossistemas versus conservação e gestão das populações de tubarões

Objectivos específicos

- Apoiar na implementação do programa de conservação de tubarões e na produção de ferramentas de gestão das populações de tubarões
- Desenvolver um programa piloto de apoio a reconversão dos actores envolvidos na exploração de tubarões nos estados membros do CSRP
- Valorizar e consolidar as experiências do projecto no sentido de capitalização e de comunicação

Projectos constantes nos sub-programas e enquadradas no orçamento de Investimento Publico

- Fiscalização apoio Institucional
- Criação e Instalação da Empresa mista de Pesca
- Implementação do sistema de lotas em Cabo Verde
- Investigação sobre Recursos Marinhos na ZEE de Cabo Verde
- Desenvolvimento da Aquacultura
- Projecto de Desenvolvimento da Pesca Industrial
- Sistema Estatístico de Pesca
- Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha
- Extensão Porto Pesca da Praia
- Melhoramento das Infra-estruturas de apoio a pesca e das embarcações
- Promoção do Desenvolvimento sócio-económico Comunidades Piscatórias
- Projecto FOPESCA
- Formação e Capacitação de quadros e operadores de pesca
- Melhoria da Qualidade e Valorização dos Produtos da Pesca
- Reforço das Capacidades de Inspeção aos Produtos da Pesca

Outros projectos do Ministério

- Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha
- Criação e gestão participativa das Áreas protegidas
- Promoção do eco turismo
- Rede de Observatórios de Seguimento Ecológico Longo Prazo (ROSELT)
- Monitorização dos níveis de poluição
- Plano de Gestão e Tratamento de resíduos
- Rede de vigilância climática
- Sistema de informação para o ambiente

Acções em curso

No que toca as actividades relacionadas com a pesca, de acordo com os planos das instituições estão em curso as seguintes acções:

Acções de promoção de desenvolvimento

- Execução do Programa Adicional de Investimento e Emprego Publico ;
- Reabilitação de infra-estruturas de apoio a pesca ;
- Acompanhamento das actividades das embarcações no âmbito da pesca artesanal ;
- Construção de novas embarcações de Pesca Industrial ;
- Processo de construção da sociedade anónima no sector das pescas ;
- Construção do Cais de pesca da Praia ;
- Instalação de um cais flutuante em R. da Barca
- Adaptação do complexo de pesca de Cova d' inglesa as normas da União Europeia ;
- Execução do programa de controlo de qualidade e valorização de produtos ;
- Implementação do sistema de lotas em Cabo Verde ;
- Processo de levantamento do embargo em curso ;
- Elaboração de um programa de formação para o sector das pescas ;
- Actividades de vulgarização ;
- Promoção do sistema mutualista de poupança e crédito mútuo ;
- Promoção de associações no sector.

Acções de Investigação

- Realização de campanhas de investigação ;
- Acções de investigação dirigida as principais pescarias (Lagostas, demersais, tunideos, pequenos pelágicos) ;
- Identificação, monitorização e conservação de ecossistemas ;
- Estudos da biologia e abundância do Búzio na zona de Barlavento ;
- Acompanhamento das campanhas de observação de Baleias de bossa (2000, 20002 e 2003) em Cabo Verde ;
- Divulgação através do meios de comunicação, de temas referentes à Problemática da Biodiversidade;
- Campanhas de observação de tartarugas na ilha de São Vicente, Boa Vista, Sal, Maio ;
- Acompanhamento campanha de identificação de moluscos do grupo *Veneridae* ;
- Participação na elaboração do programa de 2004-2008 do Programa Regional de Conservação Marinha e Costeira -PRCM- ;
- Desenvolvimento e seguimento de relações de cooperação e formação com diversas instituições e personalidades do mundo da investigação científica, (Universidades de Miami, Chicago, Luisiana em USA; Smithsonian Institution; Universidade de Plymoth em UK; Museu de Ciências Naturais e o Homem de Canárias etc.) .

2.7 Inter-relações com outros sectores

Qualquer sector gerador de actividades económicas, como o das pescas é caracterizado por um desenvolvimento integrado em correlação forte com outros sectores. O sector em particular, por si só, não terá um desenvolvimento eficaz esperado, se não tiver em conta a importância da influência dos outros sectores económicos e Instituições do Estado, nomeadamente:

- Turismo ;
- Câmaras municipais;
- Guarda Costeira ;
- Direcção geral de Marinha e Portos ;
- Direcção geral do Ambiente ;
- Ministério de Economia Crescimento e Competitividade (actividades económicas, industrias, etc.) ;
- Ministério das Finanças (Tesouro) ;
- Ministério de Defesa (protecção civil, vigilância, fiscalização) ;
- Direcção Geral do Ordenamento do Território ;
- Direcção Infraestruturas e Saneamento Básico.

Responsabilidade	Instituição	Relação
Gestão das Pescas e Zonas costeiras, fiscalização e controlo da ZEE; Controle de Qualidade e Fiscalização dos Produtos da pesca, legislação das Pescas. Elaboracao de estudos e planos sobre ordenamento do Territorio e meio ambiente	DGP, DGMP, DGA, Capitania dos Portos; Guarda Costeira, Camaras Municipais Ordenamento do Território	Essas instituições entram em inter-relação nas areas gestão pesqueira da zona costeira na analise dos impactos humanos sobre o ambiente e na salvaguarda do ambiente e recursos naturais
Vigilância, inspecção das actividades de pesca	Guarda Costeira, Capitania dos Portos	
Instituições de Investigação e Promoção Atribuição de Incentivos a pesca	INDP, FDP	

3. ANALISE DA SITUAÇÃO AMBIENTAL

3.1 Problemas e conflitos

O mar tem importância incontestável para a humanidade, cobre cerca de três terços do nosso Planeta e é um dos principais meios de e fonte vital para o desenvolvimento do homem.

Se nos atermo-nos à situação dos habitantes ilhéus, como é o caso de Cabo Verde, essa importância é maior, envolvendo o caboverdiano em quase todas as suas actividades, desde do ponto de vista do meio para a sua subsistência até como meio de lazer, o que determina e molda o seu carácter, dado o seu envolvimento e grau de dependência com o mar.

O mar exerce uma forte influência no tecido sócio-económico do arquipélago, podendo-se mesmo afirmar que a sobrevivência do caboverdiano está profundamente aliado ao mar, destacando-se a sua função como fonte alimentar, por excelência, para o caboverdiano.

Para além da pesca o mar é via de transporte, lazer, turismo, construção e reparação naval, extracção de inertes, obtenção de água potável, produção de sal etc., e, por essas actividades que abraça, representa, também, um centro de conflitos por excelência, já que ao desenvolver e maximizar os resultados de uma, leva a que choques de coexistência e interesses sejam uma realidade.

Por conseguinte, é de se perseguir a harmonia dessa coexistência, de uma forma dinâmica, de modo a que essas funções, sejam desenvolvidas numa base racional, duradoira, responsável e contínua.

Centrando-nos mais à realidade da actividade da pesca, ela é desenvolvida essencialmente no mar e convive com todas as outras actividades económicas nele praticadas, como é o caso da actividade da marinha, do turismo, das actividades portuárias, indústrias extractivas, indústrias conserveiras, e essa convivência não é pacífica, há situações em que a actividade de uma briga e inibe a procura da *performance* da actividade da outra e vice-versa, quando o ideal seria considerar, de uma forma integrada e dialética.

A realidade da pesca desenvolve-se num ambiente cada vez mais agreste o que a torna uma actividade económica mais aleatória.

Já se torna usual ouvir dos pescadores que “o peixe é cada vez mais escasso” e que “dia a dia temos que nos afastarmos mais da costa para praticar a pesca com algum sucesso”.

Acredita-se que os efeitos de uma má gestão dos *stocks* de recursos haliêuticos estejam na base desta constatação, uma vez que os efeitos da actividade humana sobre o mar se faz sentir de uma forma acentuada.

Dos problemas inventariados que afectam o ambiente adestrito ao sector das pescas, foram tratados em oito grupos ou classes, tais como - poluição, prática da pesca ilegal, pesca de espécies sensíveis e em vias de extinção, destruição sistemática dos *habitats*, tecnologias de pesca, legislação e fiscalização:

Poluição

A coexistência de elementos estranhos ao *habitat* normal da biodiversidade marinha aumenta de proporção à medida que as pressões da humanidade, nas frentes da sua actividade, vão aumentando com o crescimento demográfico, natural, e com as

necessidades do seu desenvolvimento sócio-económico, é a poluição nas suas variadas formas, donde destacamos:

Poluição Marinha

- Acumulação sistemática de óleos residuais provenientes da marinha em geral e de indústrias sediadas junto a orla marítima
- Risco de derrame de óleos, em grande quantidade, na ZEE de Cabo Verde
- Poluição do ar com poeira metálica e fragmentos de tinta por decapagem levado a cabo por empresas de construção e reparação naval
- Saída de esgotos no mar, sem tratamento prévio,
- Despejo de lixo no mar com acumulação sistemática de resíduos sólidos (garrafas, latas, plásticos, etc.)
- Expelição de resíduos líquidos como a gordura após cozedura, pelas indústrias conserveiras de pescado
- Expelição de água com elevado teor de concentração de sais rejeitado pela Electra e sem tratamento prévio
- Utilização de tintas tóxicas
- Transporte e vazamento de lixos depositados nas ribeiras pela água das chuvas
- Outras formas de poluição marinha

Poluição Térmica

Regista-se a rejeição e a vazão de águas com alta temperatura, proveniente de parques industriais, a ponto de alterar a temperatura normal do meio ambiente, desconhecendo-se ainda o impacto sobre o meio-ambiente circundante (afastamento e/ou aniquilação de seres vivos marinhos?)

Poluição do Ar Ambiente

A emissão de gases tóxicos pela indústria provoca alteração dos *habitats*, nomeadamente do fundo do mar que vai ganhando a acumulação de pequenas partículas, resultando de várias modificações

Poluição Sonora

Com o grande poder de transmissibilidade do som, característico da água, não se pode ignorar que emitido em grandes proporções no mar ou junto à orla, poderá ter efeito negativo na aproximação do pescado.

Outras Formas de Poluição

Com o desenvolvimento de tecnologias, é um facto que a humanidade continuará a modificar a superfície do Planeta pelo que recomendável será acompanhar essa evolução sob o ponto de vista de poluição.

Pratica da pesca ilegal

A pesca praticada pelos diversos actores, constitui um problema na medida em que encontrando-se instalada, vai ganhando proporções alarmantes e expondo em muitos casos os pescadores em riscos elevados de perda de vida. Verifica-se geralmente do seguinte modo:

- A pesca em Zonas e Áreas Protegidas que é feita sem que haja qualquer forma de controlo;
- Na clandestinidade por embarcações de nacionalidade estrangeira sem licença para operar na ZEE;
- Por embarcações de nacionalidade estrangeira, com licença para a pesca na ZEE, deficiente controlo, pelas autoridades nacionais, para as espécies, dimensões e quantidades que capturadas;
- Prática da pesca de mergulho com garrafas e compressores o que arrasa com os stocks de juvenis;
- Utilização de dinamite e outros explosivos na pesca, ainda em algumas Ilhas, como Santo Antão;
- Prática da pesca com outros engenhos proibidos em determinadas áreas e para certas espécies;

A Captura de espécies sensíveis em via de extinção

O fraco conhecimento da legislação das Pescas ligadas ao Ambiente, por um lado, e a necessidade imediata de obter resultados financeiros da pesca e outras vezes por motivos de ordem cultural e de formação levam a:

- Captura desenfreada da cavala
- Apanha de tartarugas
- Captura de juvenis
- Pesca de lagostas ovadas
- Fraca sensibilização, informação, formação, educação ambiental dos docentes do ensino escolar
- Pouca responsabilidade demonstrada pelo cidadão comum perante o ambiente

Destruição sistemática dos habitats

Cada forma de vida necessita de condições ambientais propícias ao seu desenvolvimento normal, é assim que ao longo da orla marítima encontramos espécies que nela estão sediadas e, outras que a procuram sazonalmente, para fins de desova. Dentre essas espécies marinhas podemos encontrar as lagostas, os búzios, polvos, e no segundo caso podemos enunciar as tartarugas e algumas espécies pelágicas como a cavala e o olho largo. Essa degradação implica ao afastamento do peixe das zonas costeiras mais próximas. Entre as principais causas da degradação desses *habitats*, destacámos:

- A apanha de areia junto as praias e das zonas limítrofes da costa marinha
- O lançamento de lixo e a existência de resíduos sólidos e líquidos de forma irresponsável quer pelos utentes das praias e da orla marítima em geral, como dos actores da marinha, da pesca, etc.

- O aumento do esforço de pesca contribui para a degradação do ambiente pesqueiro
- A manutenção de embarcações e a lavagem de tanques de navios que atravessam o nosso mar
- A acumulação de sucatas de navios e ferro velho junto a orla marinha

Tecnologias de pescas

Ao procurar tirar o melhor resultado da actividade da pesca o homem teve que desenvolver a técnica e as artes das pescas e foram grandes os avanços registados até agora. Também, ao desenvolver a tecnologia, foi causando mazelas à biodiversidade marinha, contribuindo de forma negativa para o afastamento e o desaparecimento de algumas espécies. Ao aumentar o esforço de pesca, o pescador objectiva apenas o rendimento imediato, não se preocupando com o futuro da pescaria que efectua. Outrossim, a nível de conservação e de comercialização verifica-se ainda insuficiência de conhecimentos e inadequação de meios para colocar o pescado nos mercados, entende-se no mercado interno e no externo. Neste capítulo os principais problemas inventariados apontam como causas, as seguintes:

- Utilização de redes com malhas inadequadas a pesca – redes de arrastão
- Utilização de tecnologias obsoletas
- Ao aumentar o esforço de pesca muitas vezes se contribui para a degradação ambiental
- A prática da pesca com explosivos com repercussões a nível das pescarias pela extinção de espécies e pelo perigo que representa aos pescadores
- Um circuito de comercialização marcado por condições higieno-sanitárias precárias, como comprova o embargo imposto a Cabo Verde no mercado externo aos produtos oriundos de Cabo Verde. Esta precariedade é sentida desde a captura, passando pelas instalações de apoio e conserveiras até os mercados de pescado, casos do da Praia e o de São Vicente, localizados junto à saídas de esgotos.

Intensidade de problemas físicos

As pressões que se exercem directa ou indirectamente sobre os recursos marinhos são fundamentalmente de natureza antropogénica.

As pressões antrópicas exercem-se de forma directa ou indirecta. As directas consistem na degradação da biodiversidade marinha para fins alimentares e/ou comerciais e na colheita insustentável de materiais biológicos para fins científicos. As indirectas actuam sobre o substrato ou o *habitat* das espécies ou populações de espécies.

A degradação dos recursos marinhos tem-se manifestado de várias maneiras:

- Utilização de redes com malhas inadequadas a pesca – redes de arrastão ;
- Utilização de tecnologias obsoletas ;
- Ao aumentar o esforço de pesca muitas vezes se contribui para a degradação ambiental ;

- A prática da pesca com explosivos com repercussões a nível das pescarias pela extinção de espécies e pelo perigo que representa aos pescadores;
- Poluição marinha provocada pelo lançamento de produtos químicos e resíduos urbanos, entre outros ;
- Algumas espécies em vias de extinção nomeadamente, crustáceos e demersais ;

Problemas institucionais

As Instituições do sector não estão devidamente adoptadas de condições que lhes permitem executar as actividades programadas de forma eficiente e eficaz. Essa fraca eficiência e eficácia é também resultante de uma fraca capacidade e coordenação inter-institucional que resulta num deficiente enquadramento institucional da problemática ambiental em Cabo Verde, constituindo assim um dos principais constrangimentos, na gestão e exploração dos recurso marinhos vivos e não-vivos. Como uma outra força de bloqueio pode-se ainda destacar um deficiente conhecimento da problemática ambiental em Cabo Verde, resultante da inexistência de orientações estratégicas de investigação nessa área, além de uma notória insuficiência de quadros especializados.

As instituições vocacionadas para o sector das pescas, podemos dizer que existe por um lado o INDP com uma importante vertente de investigação haliêutica que deverá produzir a informação técnico-ciêntifica solicitada e por outro a DGP que deverá utilizar tais informações para assessorar o Ministro na definição das políticas globais de gestão e fornecer subsídios para a tomada de decisões.

Pensamos que existem ainda indefinições que são próprias de um sistema que está nos primeiros estágios de formação e onde se constata ainda a necessidade de uma assimilação conjunta da importância de uma política de gestão pesqueira a longo prazo. Tal situação é também devida a uma certa falta de clareza entre as funções da investigação e da administração pesqueira no processo de gestão.

Por outro lado a existência de uma legislação e fiscalização deficientes, seja por ausência, seja por desactualização ou inadaptação das leis e regulamentos sobre a pesca e a problemática ambiental constituem, também, causas directas do fraco desempenho verificado no sector.

Análise dos problemas prioritários

Há uma vontade política na preservação do ambiente, e de modo particular do seu património natural; vontade expressa tanto na legislação como nas medidas institucionais. No entanto, as instituições carecem de recursos humanos especializados, recursos financeiros. A elevada incidência da pobreza constituem estrangulamentos para preservação dos ecossistemas, sobretudo onde a segurança alimentar, o combate às epidemias, o abastecimento de águas constituem prioridades emergentes. A protecção dos ecossistemas, a valorização do património natural não podem ser tarefa exclusiva das instituições exigem sim o envolvimento concurso de toda a população.

3.2 Oportunidades

Descrição das oportunidades

As convenções e acordos

As convenções e acordos internacionais estabelecem os princípios fundamentais de integração da conservação e do uso sustentável da Biodiversidade em todas as tomadas de decisões sobre a gestão dos recursos naturais e fornecem as orientações políticas adequadas. Cabo Verde ao assinar essas convenções e tratados e ao aderir a comissões internacionais, comprometeu-se em incorporar o essencial das suas disposições nas suas políticas sectoriais relacionadas com a problemática da exploração sustentável dos recursos vivos e não-vivos. Constan, de entre várias destas convenções e acordos, os seguintes:

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS);
- Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) - Agenda 21;
- Convenção sobre a Biodiversidade (CDB) ;
- Código de Conduta para uma Pesca Responsável ;
- Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico ;
- Conferência das Nações Unidas sobre espécies altamente migradoras e stocks transzonais ;

A Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento

“ Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”

“O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de forma a atender equitativamente às necessidades, em termos de desenvolvimento e de ambiente, das gerações presentes e futuras”, sendo que, “para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a protecção do ambiente deve constituir uma parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada independentemente dele.” Assim sendo,

“todos os Estados e todos os povos devem cooperar na tarefa fundamental de erradicar a pobreza como condição indispensável ao desenvolvimento sustentável, de forma a diminuir as disparidades nos níveis de vida e a melhor satisfazer as necessidades da maioria dos povos do mundo”.

Constituição da República

“Todo o cidadão tem direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado, e o dever de o defender e de o conservar”.

A Lei de Bases do Ambiente

- O princípio da prevenção, em que os efeitos imediatos, ou a prazo, no ambiente, devem ser considerados de forma antecipativa;
- O princípio da participação, em que os diferentes grupos sociais devem intervir na formulação e execução da política do ambiente e do ordenamento do território.

O Programa do Governo

O programa reconhece a horizontalidade da problemática do ambiente e propõe, a sua consideração na formulação das várias políticas sectoriais referentes a energia, água, solos, agricultura, pescas, silvicultura e pecuária, assimilando sempre o princípio de um desenvolvimento sustentável.

As Instituições

As instituições ligadas directa e indirectamente a pesca já possuem uma capacidade técnica e humana, que devidamente melhorada e reforçada pode constituir uma oportunidade de desenvolvimento do sector.

A cooperação Internacional

A cooperação intencional seja ela de caracter técnica, seja de caracter científica constitui uma oportunidade que deve ser aproveitada para o desenvolvimento de Cabo Verde. A nível das Instituições já existe cooperação tecnico-científica com Instituições Estrangeiras, cujos benefícios são enormes (formação de quadros, troca de experiências, estágios, etc.)

Os Acordos de Pesca

Cabo Verde possui acordos de pesca com os Países da costa Ocidental Africana, nomeadamente Senegal e Mauritânia que até então tem sido pouco explorados e que podem constituir uma grande oportunidade para o desenvolvimento do sector das pesca.

Actualização da lei de base das pescas 18/1987

A actualização da lei de base das pescas revê o sistema de afretamento de navios, processo de elaboração da lei de pesca desportiva em curso, e actualização do sistema de concepção de licenças de pesca.

Programas regionais (a nível da CSRP)

Cabo Verde faz parte da Comissão Sub-Regional da Pesca dos países da costa ocidental Africana. Vários projectos e Programas estão integrados nessa Comissão na qual Cabo Verde esta contemplado

As infra-estruturas Existentes

Existem varias infra-estruturas de apoio a nível nacional, que podem desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento do sector, como:

- As Infra-estruturas Portuárias
- As Infra-estruturas de transformação e de conservação
- As infra-estruturas de reparação naval

Análise e Priorização

Analisando as oportunidades anteriormente identificadas, embora todas serem de extrema importância para um desenvolvimento sustentável do sector, umas são mais prioritárias do que outras, isto é oportunidades que devem ser tomadas em conta a curto e médio prazo, como:

- A lei de base do ambiente
- As convenções e acordos
- As Instituições
- Acordos de pesca
- Actualização da lei de base das pescas de 1987
- Cooperação internacional

4. ESTRATEGIA DE INTERVENÇÃO

4.1 Visão, *objectivos* e horizonte

Visão

A pesca com um desenvolvimento sócio - económico integrado baseado nos princípios de sustentabilidade da conservação e gestão dos recursos marinhos

objectivos

Tendo em conta as potencialidades e condicionantes do sector, constituem os grandes objectivos:

Objectivos biológicos

- Aumentar os conhecimentos dos diferentes ecossistemas marinhos como forma de compreender melhor as dinâmicas interações e a funcionalidade existente entre as comunidades , animais e de microorganismos e o seu ambiente não vivo visando estabelecer referências específicas para uma gestão futura sustentável;
- Melhorar o conhecimento sobre os habitats das diferentes espécies e das condições ideais para a ocorrência e reprodução equilibradas das mesmas, por forma a impedir, quaisquer actividades antrópicas que possam colocar em perigo a harmonia existente nestes habitats ;
- Proteger os habitats e as zonas de reprodução das espécies com indicio de sobre-exploração ou em vias de extinção permitindo assim a renovação do stock e o equilíbrio das espécies ameaçadas;
- Aumentar e melhorar os conhecimentos actuais sobre os ecossistemas marinhos e costeiro por forma a estabelecer critérios de exploração e gestão equilibrada dos recursos ;
- Prospectar novos recursos haliêuticos como forma de potenciar uma maior diversificação da actividade da pesca em Cabo Verde;
- Reforçar e actualizar o pacote legislativo referente a Biodiversidade marinha nas suas mais diversas vertentes ;
- Alcançar um nível satisfatório de educação ambiental que garanta a consciencialização da sociedade civil e dos principais utilizadores da Biodiversidade Marinha visando uma mudança positiva de atitude ;

Objectivos económicos

- Aumento da contribuição do VAB na formação do PIB;
- Aumento da contribuição do VAB na melhoria da balança de pagamentos;
- Optimização da produção industrial dentro dos limites da sustentabilidade;
- Promoção de um sistema integrado de controlo da qualidade;
- Apoio a expansão da pesca industrial (ZEE, Sub-região) e melhorar a fiscalização;
- Introduzir e divulgar novas técnicas de pesca nas diferentes comunidades de pesca artesanal do País. A eficiência comprovada destas técnicas irá contribuir, substancialmente, para um aumento dos rendimentos dos operadores e impedir em consequência a utilização de outras técnicas com alguns efeitos nefastos para o ambiente marinho;
- Aumentar a eficiência e a coordenação institucionais no estudo e na gestão dos recursos Marinhos em Cabo Verde de modo a assegurar uma necessária optimização dos meios materiais e humanos ;
- Promover a modernização da frota e da indústria de transformação e conservação;
- Promover um sistema de informação das pescas e melhorar o enquadramento legal e institucional das actividades do sector;

- Promover a Investigação científica, a formação profissional do pessoal do sector e a divulgação de tecnologias adaptadas ;
- Promover estudos/levantamentos informações sócio-económicas e ambientais;
- Identificar e estimular actividades económicas alternativas à pesca e compatíveis com esta;
- Avaliar as relações entre as actividades pesqueiras e outras actividades económicas.

Objectivos sociais

- Aumento do emprego no sector ;
- Melhoria dos níveis de segurança e qualidade alimentar das populaçãoe ;
- Promoção do desenvolvimento socio-economico das comunidades piscatórias ;
- Contribuir com as autarquias locais, ONG(s) e empresas públicas e privadas, na elaboração e implementação de um Plano de gestão dos resíduos sólidos e líquidos e compartilhar financeiramente na aquisição de alguns meios materiais de apoio à recolha e tratamento dos resíduos;
- Propor formas de actuação para resolução de conflitos existentes na pesca e entre outras actividades;
- Organizar foruns com participação de todos os intervenientes na utilização dos recursos pesqueiros.

A execução dos PAIS está prevista para um período de 10 anos, de 2004-2014.

4.2 Metas e Modalidades

- Definição e implementação de uma política e de uma estratégia nacional para ordenamento do território ambientalmente integrado, até 2005 ;
- Cobertura nacional com planos de ambiente e ordenamento do território ao nível nacional, regional e municipal, e com planos urbanísticos, até 2008;
- Elaboração de planos de ordenamento da orla costeira através de orientações que permitam compatibilizar a diversidade de utilização dos recursos, minimizar os riscos decorrentes de catástrofes naturais e da sobre-exploração bio-económica, até 2008 ;
- Elaboração de planos de gestão de Áreas Protegidas bem como dos recursos esqueiros, de extracção de água, sal e inertes, através de estudos sectoriais específicos, até 2005 ;
- Plano de gestão das pescas concluído em 2003 e em vigor em 2004;
- Recursos marinhos vivos mais importantes avaliados anualmente ;
- Estudos sobre a Biologia das principais espécies aperfeiçoados e actualizados até 2004;
- Campanhas de prospecção de novos recursos pesqueiros e bancos de pesca concluídos em 2004 ;
- Estudo de impacto da pesca com explosivos concluído em 2004 ;
- Inventário das necessidades de pessoal, equipamentos, bibliografia especializada e assistência técnica efectuada ate 2004;
- Bens e serviços adquiridos a nível das Instituições até 2005;

- Principais ecossistemas marinhos em Cabo Verde inventariados até o final de 2004 ;
- Descritos e caracterizados os principais ecossistemas marinhos e costeiros dos principais centros urbanos até o final de 2003;
- Estudo de impacto de extracção de inertes elaborado e divulgado até Dezembro de 2003 ;
- Plano Nacional de extracção de inertes elaborado e implementado ate 2004 ;
- Plano de contingência elaborado até Julho de 2004;
- Plano de recolha e reciclagem elaborado até final de 2004;
- Estudo sobre a situação actual do ambiente marinho costeiro elaborado até 2005;
- Elaborado o inventário das principais fontes de poluição marinha até julho de 2004;
- Identificadas e criadas novas AMP até 2004;
- AMP existentes regulamentadas até o final de 2004;
- Definidas zonas de defeso para as lagostas costeiras, tartarugas marinhas e moluscos até 2003;
- Implementados estudos ecológicos em pelo menos 50 % das AMP identificadas, até 2005;
- Plano Director das Zonas Costeiras em implementação em 2004 ;
- Integração de todas as vendedeiras de carne de tartaruga marinha no programa de microcrédito para as actividades geradoras de rendimentos até o final de 2004;
- Encontros nacionais sobre a problemática do livre acesso ao recurso, organizados anualmente;
- Estudos técnicos e económicos para todos os engenhos concluídos e vulgarização dos resultados até 2004 ;
- Formados e reciclados pescadores e peixeiras na área de conservação do pescado anualmente ;
- Meios técnicos de fiscalização suficientes adquiridos até o ano 2005 ;
- Agentes de fiscalização formados em número suficiente e reciclados até o ano 2005 ;
- Elaborado o plano nacional de fiscalização até o segundo semestre de 2004 ;
- Livro vermelho actualizado até o final de 2004 ;
- Convenções internacionais sobre o ambiente ratificados pelo Governo até o final de 2003 ;
- Efectuado e publicado o levantamento geral da legislação existente até 2003 ;
- Propostas de lei trabalhadas e apresentadas para aprovação até o primeiro semestre de 2004 ;
- Regulamentação da pesca desportiva ate 2004 ;
- Regulamentação das leis já existentes no ano de 2004 ;
- Produção e emissão de programas radiofónicos e televisivos respectivamente ;
- Produção e distribuição semestrais de desdobráveis para distribuição comunitária ;
- Boletins técnico-científicos produzidos e distribuídos semestralmente ;
- Palestras e debates realizados quinzenalmente a nível das empresas públicas e privadas nacionais ;

- Constituída uma equipa mista de trabalho formada pelos técnicos das Instituições ligadas ao sector e por professores voluntários até o final de 2004.

4.3 Linhas de orientação estratégica

A necessidade de definição de políticas e estratégias de gestão dos recursos ambientais constitui actualmente, um imperativo em matéria de desenvolvimento económico e social sustentável. Essas estratégias devem ser orientadas no sentido da promoção das actividades económicas que podem representar um maior aproveitamento dos potenciais existentes.

Orientações estratégicas devem ainda promover a adesão de Cabo Verde às convenções que regulam o uso de pesticidas e fertilizantes na agricultura, e de anti-vegetativos nos cascos de navios bem como o tráfego internacional de hidrocarbonetos, devendo-se neste caso, promover a atribuição ao arquipélago do estatuto de “zona a evitar” no tráfego internacional deste tipo de químico.

As estratégias de gestão sustentável da orla costeira deverão orientar-se para a promoção do ordenamento do território que integre as actividades turísticas, a aquacultura, a pesca e a marinha mercante, a construção de infra-estruturas marítimas, portuárias e estradas, a produção de água potável a partir da água do mar e a extracção do sal nas salinas. Esta orientação estratégica deverá ser implementada não só tendo em conta os objectivos traçados ao nível do desenvolvimento socio - económico dos sectores de actividades, como também as características da orla costeira, as potencialidades que encerram e os problemas de que padece.

Um maior investimento na componente educacional constituirá uma orientação estratégica no sentido de maior envolvimento das populações, de forma participativa no equacionamento dos problemas do ambiente, que lhes suporta a vida.

A concretização da Visão Ambiental assenta nas seguintes linhas de orientação estratégica que deverão inspirar políticas no sentido de dar uma coerência acrescida e uma visão global a um conjunto muito diversificado de actuações da Política Ambiental:

Assegurar uma abordagem integrada, das funções e actividades que exercem uma maior pressão sobre a conservação dos recursos naturais e especialmente da Biodiversidade, e das zonas costeiras, a vulnerabilidade climática; e o ambiente urbano em toda a sua envolvente;

Assegurar uma abordagem espacial e temporalmente integrada dos problemas ambientais, superar as carências básicas de infra-estruturas e proceder à recolha, sistematização e divulgação de informação que seja a base de um progressivo conhecimento do território e sirva para encontrar soluções adequadas às questões ambientais;

Garantir a convergência de sinergias no sentido da luta contra a pobreza, como um objectivo último de qualquer acção, conciliando com a dimensão do género;

Dinamizar os instrumentos do planeamento (territorial, ambiental, económico e social) e priorizar os problemas ambientais, sobretudo os que representam riscos para as populações;

Organizar e reforçar a capacidade de intervenção da Administração Central, das autarquias e organizações da sociedade civil, numa acção conjunta e complementar;

Clarificar responsabilidades e o papel dos actores, compatibilizar interesses e reforçar a informação, sensibilização e participação da sociedade civil, tendo como base a educação e a formação ambiental;

Assegurar a coordenação entre as políticas ambientais dos diversos sectores sociais e económicos;

Reforçar as parcerias e clarificar o papel do sector privado;

Dinamizar a investigação científica através da definição das linhas mestras e o desenvolvimento tecnológico, bem como a disponibilização e atribuição de meios.

Priorização da cooperação com outras instituições e centros de investigação nacional e internacional

Criação de mecanismos eficientes de acompanhamento e avaliação das actividades antropogénicas destruidoras dos habitats e do equilíbrio dos ecossistemas.

Criação de Áreas Marinha Protegidas-AMP.

Implementação efectiva do Plano de Gestão das Pescas

Sensibilização/divulgação dos conhecimentos existentes sobre a extracção de inertes.

Cooperação e participação com as Câmaras Municipais na elaboração dos Planos de gestão dos resíduos sólidos e líquidos.

Promoção da gestão descentralizada e comunitária das Zonas costeiras.

Co-responsabilização das Comunidades costeiras na Gestão/Exploração dos Recursos

Promoção de AGR(s);

Introdução de novas técnicas de capturas mais eficientes e adequadas;

Criação de mecanismos de distribuição do pescado que reduzam a discrepância entre o preço praticado nas unidades de produção e o preço de venda ao consumidor em benefício dos pescadores

Actualização Divulgação das leis do ambiente e da legislação pesqueira.

Reordenamento do território

Criação de meios técnicos e humanos para o exercício de uma fiscalização eficiente e eficaz.

Ratificação das leis sobre o ambiente e criação de leis nacionais visando a conservação da DB Marinha

Divulgação dos conhecimentos existentes sobre a Biodiversidade Marinha.

Sensibilização e encorajamento das Instituições públicas e privadas (indústrias) em participarem na educação ambiental com financiamentos, realização de campanhas publicitárias envolvendo slogans sobre a DB Marinha etc.

Promoção de acções de formação contínua sobre o ambiente.

4.4 Prioridades de intervenção

Uma das prioridades deve ser orientada no sentido da optimização das actividades económicas que já são desenvolvidas no país (pesca, turismo, transporte marítimo, produção de água e sal) e a promoção daquelas que ainda não constituem qualquer alvo de desenvolvimento como a aquacultura e o aproveitamento de energia (ondas, marés e gradientes térmicos). Uma outra prioridade deve ser a preservação contra os riscos de poluição identificados e contra as más práticas de pesca

As prioridades deverão ser orientadas no sentido da promoção de um maior conhecimento dos processos naturais e humanos que se desenvolvem nesse espaço, visando disponibilizar aos decisores, informações e conhecimentos que possam, através de um ordenamento adequado, permitir o aproveitamento máximo sustentável das potencialidades. Este último aspecto relacionado com o ordenamento da orla costeira constitui uma prioridade das políticas de gestão costeira, tendo em conta a forte pressão a que está sujeita, normalmente fora do necessário controlo.

O desenvolvimento do turismo de praia, do eco-turismo e de desportos náuticos, e bem assim da aquacultura, de actividades pesqueiras, marítimas, portuárias e industriais, designadamente a destilação da água do mar e a produção do sal nas salinas, constituem prioridades de desenvolvimento ligadas à orla costeira.

As prioridades deverão centrar-se, na melhoria dos conhecimentos sobre a Biodiversidade, em todas as suas vertentes, por forma a proporcionar informações necessárias ao ordenamento dos recursos naturais de acordo com os objectivos de desenvolvimento sectorial e as potencialidades existentes. O desenvolvimento sustentável dos sectores da agricultura, da pecuária e da pesca, da silvicultura, da pastorícia e do ecoturismo, aliado à valorização e conservação *in situ* da Biodiversidade e tendo em atenção os avanços registados nos últimos anos, deve ser uma prioridade central.

A produção de matéria-prima para o fabrico nacional de medicamentos, com base nas potencialidades existentes na fauna e flora marinha, representa uma oportunidade que interessa ser integrada como prioridade de desenvolvimento nos próximos anos.

Atendendo à importância da educação na eliminação gradual, e a prazo, da pobreza, o sector da educação, incluindo as vertentes formação, informação e sensibilização deverá constituir prioridade de relevo visando a integração das populações nas políticas de ambiente, de forma participativa. Por outro lado, a necessidade de elevação dos níveis económicos e sociais da franja populacional que se situa abaixo dos limiares da pobreza, deverá ser assimilada como uma oportunidade em matéria de gestão ambiental.

5. PROGRAMAS E ACÇÕES

5.1 Enquadramento dos programas em curso e planificados

A situação preocupante da degradação dos Recursos Marinhos impõe uma atitude mais responsável do Homem em relação ao ambiente marinho, por forma a

estabelecer-se a necessária harmonia entre este e os ecossistemas marinhos. Esta harmonia reflecte, em ultima instância, o conceito da sustentabilidade que se baseia numa utilização responsável e duradoira dos recursos marinhos vivos garantindo assim, em consequência, um futuro diferente e promissor, às gerações vindouras.

O conceito de desenvolvimento sustentado é relativamente recente e não será ainda de todo suficientemente claro o que pode ser o seu significado e implicações. De qualquer modo, o relatório da Comissão Brundtland (1987) estabeleceu um elo estreito entre a sustentabilidade e a capacidade de as futuras gerações poderem satisfazer as suas necessidades, condição largamente assente numa teoria de conservação de espécies que é retomada, sob outra forma, pelo tratado sobre a Biodiversidade do Rio de Janeiro.

Por outras palavras, uma política de desenvolvimento sustentado dependeria de como se fizesse uso – e a que ritmo – da Biodiversidade marinha, em termos tais, que não só provocasse o seu declínio a longo prazo como também permitisse a preservação de um potencial susceptível de garantir a satisfação das necessidades das gerações actuais e futuras.

A Promoção do Desenvolvimento Económico e Social, constitui um dos princípios definidos nas grandes opções do plano do Governo, em que deve assentar o Desenvolvimento Nacional

O objectivo futuro do plano nacional de desenvolvimento 2002-2005 é o relançamento do papel do sector na economia nacional através de:

- Diversificação da produção
- Aumento da exportação
- Melhoria da qualidade dos produtos da pesca
- Valorização dos produtos de pesca
- Capacitação dos agentes do sector
- Reforço das capacidades institucionais
- Desenvolvimento de actividades alternativas

Para a prossecução desse objectivo o Governo pretende implementar determinadas medidas constantes nos diferentes sub-programas que abrangem as áreas:

- Gestão dos recursos haliêuticos
- Gestão e conservação da Biodiversidade
- Promoção da qualidade e valorização dos produtos da pesca
- Reabilitação e gestão das infra-estruturas de pesca
- Promoção da iniciativa empresarial
- Formação dos agentes do sector
- Investigação e vulgarização

Todos os planos, programas e projectos existentes vão de encontro as políticas do governo traçadas para o sector e portanto enquadram-se no Plano Nacional de Desenvolvimento.

5.1 Actividades Adicionais Identificados

- Dotar o Ministério (DGP) com um sistema de informações geográficas, voltado para a gestão ambiental e elaborar um projecto de Zoneamento Ambiental das Pescas visando a caracterização, diagnóstico e um banco de dados georeferenciado;
- Apoiar, assessorar e colaborar em acções com instituições governamentais e não governamentais em projectos de meio ambiente e áreas afins e na consecução de objectivos comuns e complementares;
- Inventariar, descrever e caracterizar os principais ecossistemas marinhos.
- Estudar alternativas de produção de inertes.
- Implementar um plano nacional de extracção de inertes.
- Criar mecanismos de acompanhamento e controle do plano de extracção)
- Elaborar planos de contingência sobre a poluição marinha.
- Criar meios de recolha e reciclagem do lixo.
- Inventariar/identificar as principais fontes de poluição.
- Elaborar estudos sobre o estado actual do ambiente marinho (poluição).
- Proibição da exportação da lagosta, reservando a nossa lagosta para o mercado interno, tornando-se assim um atractivo turístico onde estes terão que se deslocar ao país para vir consumir o produto. Traria resultados positivos na alavancagem do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde;
- Estudar a implementação de um sistema de controlo da existência de óleos residuais com fiscalização fechada para a pesca e marinha mercante, com o objectivo de evitar despejo de óleos residuais no mar, controlando à bordo:
 - a. o nível combustível adquirido
 - b. o nível combustível utilizado
 - c. o nível de resíduos existente
 - d. o destino dado aos resíduos
- Promover estudos de impacto das pesticidas e fertilizantes utilizadas nas actividades agrícolas na zonas marinha costeira.
- Elaborar estudos sobre o impacto da utilização de técnicas de pesca
- Utilizar princípios de precaução para a introdução de espécies exóticas marinhas
- Regulamentar as Áreas Marinhas Protegidas já existentes.
- Rever e Identificar as Zonas Protegidas e a Proteger.
- Elaborar propostas de Zonas e períodos de Defeso para algumas espécies.
- Elaborar estudos ecológicos das Áreas Marinhas Protegidas.
- Elaborar Estudos de Selectividade de engenhos de Pesca.
- Elaboração e adopção de um Plano de Emergência para prevenção contra catástrofes ambientais marinhos, sendo as águas de Cabo Verde muito visitadas por embarcações internacionais de grande porte e muitas delas serem transportadoras de grandes quantidades de derivados do petróleo.
- Legislar sobre a necessidade da elaboração e execução de planos ambientais a nível de empresas (Conserveiras, Interbase, Complexo de Pescas, Entrepasto Frigorífico da Praia, Electra, Cêris, Shell, Enacol, e outras de grande dimensão e com relação forte com o meio ambiente onde se encontram instaladas);
- Avaliar e/ou reavaliar os Principais Recursos.
- Realizar estudos sobre a biologia das espécies com destaque para o búzio.
- Realizar Prospekção de Novos Recursos/Pesqueiros.
- Actualizar/Implementar o Plano Director das zonas costeiras

- Incentivar a Criação de Actividades Geradoras de Rendimento nas Comunidades Piscatórias.
- Promover Debates sobre o Livre Acesso aos Recursos.
- Incorporar os Aspectos Culturais na Elaboração das Propostas de Gestão dos Recursos Afectados por este Tipo de Factores.
- Vulgarizar e Acompanhar as Técnicas de Pesca em Função dos Resultados do Estudo.
- Implementação do sistema de LOTA em Cabo Verde que terá como objectivos:
 - a) promover a venda de pescado em boas condições higieno-sanitárias
 - b) valorizar o pescado
 - c) permitir a recolha de dados estatísticos com maior fidelidade
- Preparar Estudos Económicos por Artes de Pesca e por Recursos. Fomentar a conscientização ambiental e a implementação de projectos culturais, educacionais e de desenvolvimento sustentável, apoiando iniciativas isoladas que possam concretizar-se na melhoria de vida da população;
- Promover Acções de Formação aos Operadores da Pesca em matéria de higiene e controle da Qualidade dos Produtos de pesca.
- Promover Iniciativas para a Melhoria do Escoamento do Pescado.
- Melhorar o funcionamento das infra-estruturas de pesca
- Implementação do plano de gestão das pescas
- Reforçar as Actividades de Fiscalização.
- Implementar as acções de formação dos Agentes Fiscalizadores.
- Dotar e Modernizar os Meios Técnicos de Fiscalização Existentes.
- Promover a Actualização do Livro Vermelho sobre a DB Marinha.
- Aumentar o Contingente dos Agentes Fiscalizadores.
- Proceder a Ractificação de todas as Convenções Internacionais sobre o Ambiente
- Promover a Publicação das Convenções Ratificadas.
- Proceder a um Levantamento Geral da Legislação Existente
- Promover a Regulamentação e Implementação das Leis Existentes
- Actualizar e ou Divulgar as Leis Existentes.
- Elaborar Propostas de Lei para Colmatar as Lacunas Existentes na Legislação Actual
- Publicar e distribuir os boletins técnico-científicos do INDP a nível nacional.
- Aprofundar os estudos visando o estabelecimento de um plano de gestão para a pescaria da cavala e olho largo, nomeadamente uma lei de protecção da cavala no período de desova de que se acredita desenvolver de Julho a Agosto na zona do ilhéu Branco;
- Realizar programas radiofónicos e televisivos sobre o ambiente.
- Realizar campanhas de sensibilização comunitárias específicas para os principais utilizadores dos recursos marinhos.
- Realizar *ateliers* de formação para grupos específicos, nomeadamente professores, empresas públicas e privadas etc.

Promover o desenvolver um sistema de educação ambiental nacional com o objectivo de criar um núcleo duro, a nível de formação superior, núcleo que teria responsabilidade na implementação e monitorização de todo o sistema ambiental do país;

Produzir materiais didácticos específicos, adaptados ao ensino básico, secundário e Geral.

5.3 Programas e Projectos prioritários

Todos os programas planificados e em curso assim como os projectos são de extrema importância para o sector das pescas. No entanto uns são de prioridade imediato, como:

- Programa Regional de Gestão e Conservação Marinha dos Recursos marinhos e Costeira da África Ocidental
- Programas do Plano Nacional de Desenvolvimento, PND 2002-2005
- Programa de Investigação Haliêutica 2003-2005
- Programa de Desenvolvimento das Pescas 2003-2005
- Programa Nacional de Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha
- Plano Director de Zonas Costeiras
- Projecto de investigação haliêutica na ZEE de Cabo verde INDP/OFCF
- Projecto Hydrocarpo – Gestão Sustentável do Património Natural costeiro e dos recursos marinhos Vivos da Republica de cabo verde.
- Projectos constantes nos sub-programas e enquadradas no orçamento de Investimento Publico

6. IMPLEMENTAÇÃO

A coerência, a racionalidade e a transparência constituem critérios fundamentais e imprescindíveis para uma gestão eficiente e credível. São princípios mundialmente aceites e normalmente exigidos como forma de garantir a optimização dos recursos e aumentar a segurança dos parceiros de desenvolvimento no que concerne à utilização destes recursos, conforme o programado aprovado. A certeza de que os recursos estão sendo utilizados devidamente e de que não existem desvios é, em grande medida, determinada pelos mecanismos de gestão estipulados e pelo acompanhamento rigoroso das fases da sua execução. Para tal torna-se imprescindível a disponibilização de meios e estabelecimento de mecanismos como:

- Sistemas de Informação
- Ordenamento do Território
- Avaliação do Impacto Ambiental
- Sistemas de Eco-Gestão e Auditorias
- Instrumentos institucionais
- Instrumentos jurídicos
- Instrumentos Económicos e Financeiros
- Persuasão, Negociação e Contratualização
- Informação, Sensibilização e Participação do cidadão
- Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração

6.1 Aspectos Institucionais

Na formulação e execução da política ambiental a questão da relação entre o Estado e a sociedade nos seus múltiplos mecanismos de entrosamento, de colaboração e de autoridade reveste-se de importância primordial. Estas relações devem ser asseguradas por instituições eficazes e estáveis, todavia, numa perspectiva de

evolução dinâmica. Ou seja, os sistemas institucionais devem adaptar-se permanentemente a novos desafios, a novos problemas, a novas exigências e mesmo a novos valores que a sociedade civil gera e adopta em cada momento.

Para além de assegurarem, no quadro de gestão da política ambiental, a conexão da relação entre os diferentes actores, o sistema institucional assume, no processo de definição, execução, seguimento e avaliação da política e estratégia ambiental, responsabilidades de natureza diversa. Integra estruturas orgânicas várias com responsabilidades centrais, sectoriais e regionais específicas, no domínio de gestão da política ambiental, quer em matéria de definição de políticas, quer em matéria de execução, seguimento e avaliação ou, quer ainda, em matéria de coordenação.

No âmbito da definição de competências e de responsabilidades dever-se-ão considerar, portanto, os órgãos do poder político, o governo, a administração central, as autarquias, as comunidades locais, as associações cívicas, os cidadãos, os agentes económicos privados e as diversas formas de parcerias que envolvam o Estado, os municípios e o sector privado, por forma a assegurar a participação de todos na execução, controlo de execução e avaliação das políticas ambientais.

Assim, no âmbito da implementação do Pais - Pesca, o sistema institucional revela-se como um instrumento crucial. A clarificação do quadro institucional, nesta perspectiva, com a definição de funções, regras de procedimento e de responsabilidades de cada estrutura orgânica integrante do sistema no processo de implementação do PAIS-Pesca, constitui uma condição essencial a uma adequada afectação dos meios financeiros, técnicos e humanos entre as várias estruturas. É imprescindível a adequação da capacidade e das estruturas orgânicas existentes para dar resposta, de forma eficaz, aos problemas e, sobretudo, assegurar a implementação das políticas e programas aprovados.

O quadro institucional na área do ambiente foi recentemente estruturado, isto é, O SEPA (Secretariado Executivo para o Ambiente), agora extinto, era a entidade fulcral em todo o processo, com competência e mandatos bem definidos. Assim, a estrutura que deverá assumir a sua missão, Direcção Geral do Ambiente, deverá ser dotada dos meios humanos, técnicos, logísticos e laboratoriais, ou com acesso a estes, por forma a tornar-se Estruturante de outros serviços e da actividade económica do País, e dar resposta ao vasto e diversificado leque de tarefas

No sentido de racionalizar os meios e não multiplicar estruturas propõe-se, ainda, que ao nível das autarquias funcionem, em permanência, pequenos núcleos com a missão de cumprir as tarefas atribuídas às autarquias. É sobretudo ao nível deste núcleo que se deve assegurar a participação dos cidadãos interessados, da sociedade civil e das organizações não governamentais.

6.2 Aspectos Legislativos

A regulamentação da política ambiental reveste-se de uma natureza simultaneamente estruturante e instrumental. A Lei de Base do Ambiente (LBA) apresenta um vasto conjunto de bens e valores relacionados entre si e com as diversas componentes da problemática ambiental. A abordagem jurídica das questões ambientais deverá abarcar o conjunto do ordenamento jurídico nacional, ou seja para além da LBA, da Lei de Base do Ordenamento do Território (LBOT) e da Lei de Avaliação do Impacte Ambiental (AIA).

No caso da Cabo Verde as normas relativas ao ambiente encontram-se dispersas por legislações de vários níveis, desde a Constituição da República até simples despachos ministeriais. O Direito do Ambiente, domínio emergente a nível internacional, está consagrado constitucionalmente e a LBA confere um enquadramento e uma dignidade ao Ambiente comparável a outros direitos fundamentais. Há contudo necessidade de, por um lado, adequar a legislação existente relacionada com o ambiente e sectores e, por outro lado, completar o quadro legislativo, tornando-o mais operacional.

Há que regulamentar a LBA, bem como toda a legislação relacionada com a avaliação do impacto ambiental, resíduos sólidos urbanos e industriais, recursos hídricos e saneamento básico, licenciamento de actividades industriais, agrícolas e turísticas, uso da terra, zoneamento e reservas ecológicas, conservação da natureza e dos recursos naturais (criação de parques, recursos marinhos), ordenamento do território e da orla costeira, florestação, ratificação de convenções internacionais. Trata-se, na maioria dos casos, de diplomas legislativos novos e noutros casos da sua reformulação e actualização. Deverá ser assumida uma orientação política na produção destas normas que defenda um posicionamento institucional para o ambiente com reflexos claros e inequívocos no articulado da legislação que vai sendo elaborada.

Os valores ambientais passariam, assim, a integrar o conjunto dos valores cuja manutenção se entende que é essencial à sobrevivência das sociedades se no Código penal introduzisse a figura de ilícito penal, definindo crimes de poluição e crimes contra a conservação da natureza puníveis com penas privativas da liberdade. É preciso, também a institucionalização de mecanismos de arbitragem de pequenos delitos.

Há que, neste âmbito, ainda, reforçar a competência jurídica dos serviços responsáveis pela gestão ambiental, nomeadamente em situações contenciosas que envolvam o poder judicial. Há que reforçar, ainda, o apoio jurídico especializado a todos os níveis da gestão ambiental que assegure a defesa do interesse público e há que formar os técnicos e os responsáveis pela gestão ambiental em matéria jurídica para que compreendam o alcance e as implicações de uma legislação permanentemente actualizada. Trata-se de um instrumento fundamental para a gestão das políticas em todos os domínios prioritários de intervenção.

Por outro lado, a estratégia do desenvolvimento alicerçada na abertura da economia, no sector privado, nas exportações e no investimento externo exige ao país acertar o passo com as normas internacionais existentes para além do facto de o ambiente ser, por excelência, uma área que coloca problemas e reclama soluções que extravasam as fronteiras nacionais. Há necessidade de um enquadramento legal em matéria ambiental, com a produção, aprovação e implementação de normas cada vez mais integradoras numa perspectiva preventiva e de intersectorialização das soluções ambientais.

De facto, a abordagem preventiva revela-se nesta matéria a mais adequada, pelo que a definição de regras em processos de planeamento do território, de viabilização e de licenciamento dos projectos se evidencia como o momento ideal para garantir os desempenhos ambientais desejáveis. A punição por incumprimento de uma norma ambiental nunca compensará os danos ambientais causados. Nesta perspectiva, a LBA e a Lei de AIA prevêm o licenciamento prévio de actividades

poluidoras ou que afectam a paisagem, o condicionamento das actividades poluentes, para além da regulamentação selectiva e quantificada do uso do solo e dos restantes recursos naturais e as sanções pelo incumprimento do disposto na legislação sobre o ambiente e o ordenamento do território.

6.3 Plano indicativo de monitorização e mecanismos para a revisão do PAIS

Programas de Monitorização

Os objectivos traçados nem sempre são quantificáveis dificultando assim as possibilidades de uma avaliação com o mesmo grau de objectividade em todas as áreas de intervenção. Porém, a realização de progressos na satisfação do desenvolvimento do sector da pesca e dos desígnios da política ambiental, consagrados nas grandes linhas de orientação estratégica, constitui um dos principais indicadores do êxito do Pais-Pesca.

O processo contínuo de avaliação e de controlo deve obedecer, entre outros, aos seguintes princípios básicos:

- A avaliação das políticas preconizadas nas diferentes áreas deve ser a mais objectiva possível;
- Os relatórios de avaliação devem integrar os relatórios periódicos dos diversos organismos com responsabilidades na execução das áreas de actuação;
- Deve ser realizada uma avaliação qualitativa tendo em conta as linhas de orientação estratégicas preconizadas;
- Deve-se rentabilizar as infra-estruturas existentes evitando a duplicação de esforços;
- O processo deverá assentar na transparência, na participação e na abertura à participação de personalidades da sociedade civil e das ONG's;
- O processo de avaliação e monitorização deve ser executado ao mais alto nível envolvendo o Estado e as instâncias de concertação com a sociedade civil;

O processo de revisão e controlo de execução deverá, por isso, assentar num programa de monitorização, cujas principais componentes são:

1. Os indicadores estabelecidos e as metas programáticas de execução;
2. A identificação das principais fontes de informação para cada um dos indicadores;
3. A recolha de histórias de sucesso para divulgação e aprendizagem;
4. A programação da frequência para obtenção, registo de informação e produção de relatórios (Relatórios temáticos, relatórios de execução, etc.)
5. A identificação das responsabilidades na coordenação e contribuição do programa de monitorização;
6. A metodologia para avaliação da execução do Pais-Pesca.

6.4 Riscos e pressupostos

Qualquer programa de desenvolvimento por mais bem concebido que for, terá os seus riscos, nomeadamente se não introduzir as questões ambientais nos diferentes

sectores, o não financiamento dos projectos em tempo oportuno, instituições e recursos humanos não capacitados para execução dos projectos, se não forem tomados em consideração, colocará em causa os objectivos traçados e consequentemente a performance do programa não será a mesma. Por forma a minimizar esses riscos, a implementação e execução desse programa deve ser feita com base em pressupostos, como:

- Garantia de disponibilidade de meios financeiros e humanos
- Vontade e motivação de todos os actores envolvidos
- Vontade política do Governo
- A fiscalização funcional
- As Instituições capacitadas e coordenadas entre si
- Envolvimento efectivo da sociedade civil, das autarquias, das ONGs

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação dos Recursos Marinhos passa a ser uma obrigação comum de toda a humanidade e implica, de facto, a assimilação do princípio de responsabilidade como critério básico na utilização, aliado ao princípio de precaução na gestão dos recursos.

A aparente contradição entre a exploração e a conservação dos recursos fica, no entanto solucionada, em termos conceptuais, mas evidentemente que o uso sustentável dos recursos requer da sociedade um envolvimento e uma responsabilidade quotidianas nas suas práticas e actuações.

Será estrategicamente necessário conceber os instrumentos de planeamento - desde a orientação política até às actividades concretas, passando pelos programas, projectos e medidas - de forma a que seja evidente a coerência dos investimentos, e também seja encontrada uma articulação entre o ambiente e as outras áreas de governação num quadro de desenvolvimento global equilibrado.

Importa igualmente que, nesta estratégia, fique delineada uma política de ambiente que se projecte para além dos ciclos de investimentos, apontando para um modelo de desenvolvimento sustentável onde seriam integrados os programas, incluídos no conjunto das prioridades.

Será ainda prioridade que, no quadro do apoio financeiro viabilizar projectos no domínio do ambiente, e que sejam disponibilizados recursos financeiros e técnicos para a estrutura central de execução das políticas do ambiente para o necessário acompanhamento da implementação da estratégia.

BIBLIOGRAFIA

Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005

As Grandes Opções do Plano – Uma Agenda Estratégica- Chefia do Governo Janeiro 2002

Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade – SEPA Março 1999

Conferência sobre o Estado dos Recursos Haliêuticos na ZEE de Cabo Verde – Praia 10 e 11 de Dezembro de 1998

Boletim Estatístico INDP 2001

Implementação da Agenda 21 – 1992 –2002-Relatório Nacional-Agosto 2002

Deuxieme Repport National sur l’Etat de La Biodiversité Au Cap Vert (Projet CVI/00/G41/A/1G/99 – Direction Generale de L’Environnement

PANA Estratégico

Directrizes Ambientais para o Sector Pesqueiro – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hidricos e da Amazônia Legal _Brasília 1997

Diagnostico Sectorial

Investigação e Gestão Haliêuticas em Cabo Verde- Actas da reunião 1996

Deuxieme Rapport National sur l’Etat de La Biodiversite Au Cap Vert (Projet CVI/00/G41/A/1G/99

ANEXOS

Projectos de Investimento do Sector das Pescas 2003-2005

Projectos Planificados 2004